



ATA Nº2/2023

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 01/2023 referente à sessão ordinária de 2023.02.27 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Apresentação e apreciação dos projetos vencedores da AJO 2023 -----

----- **02.03** – Atividade municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município referentes ao ano económico de 2022 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – proposta de alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Ourém -----

----- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – P027/2023 – manutenção do relvado do Estádio Papa Francisco – Fátima, durante 3 anos -----

----- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – revogação do protocolo com a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade -----



- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – protocolo com a União das Freguesias de Gondemaria e Olival – pedido de adiantamento de verba -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – Fundação de Serralves – proposta de protocolo -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – Programa “Caminhos D’Ourém” 2023 -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – Plano Municipal para Igualdade e não Discriminação -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência do Centro Municipal de Exposições, Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência do Centro Municipal de Exposições, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Santa Teresa -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência do Centro Municipal de Exposições, Arabesque – Academia de Dança, CRL -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência do Estádio Papa Francisco, Centro Desportivo de Fátima -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência do Estádio Papa Francisco, Fundação Arca da Aliança -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência do Pavilhão Municipal Gimnodesportivo de Caneiro -----
- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – isenção de taxas – pedido de cedência de grades -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – cedência de instalações desportivas municipais – isenções de taxas concedidas em 2022 -----
- **02.20** – Apreciação e votação da proposta camarária – Sociedade Filarmónica Ouriense – pedido de isenção de taxas -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – Grupo Desportivo Sandoeirense – pedido de isenção de taxas -----



- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social de Matas – pedido de isenção de taxas -----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Urqueira – pedido de isenção de taxas -----
- **02.24** – Tomada conhecimento – Relatório e Contas Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. -----
- **02.25** – Comissão Alargada da CPCJ de Ourém – designação de novo cidadão/ã eleitor/a -----
- **02.26** – Período de intervenção aberto ao público -----
- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----
- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----
- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----
- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----
- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.^a Secretária AMO -----
- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.^o Secretário AMO -----
- Helena Santos Pereira -----
- Mónica Filipa Gaspar Faria -----
- Otilia Cristela Antunes Marto -----
- João Carlos de Jesus Pereira -----
- Filipe Remi Callebaut Mendes -----
- Tiago Ferreira Simões Vieira -----
- Francisco Emanuel Marques Lopes -----
- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----
- Victor Oliveira Santos -----
- João Filipe Campos Catarino -----
- Jorge Pereira da Silva -----
- Paula Cristina de Oliveira Martins -----
- Cláudia Maria Pereira Campos -----



----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **António Sousa Mordomo** -----

----- Carlos Alberto Jesus Pereira Marques, eleito na lista PPD/PSD, foi substituído pelo senhor **Manuel Lourenço Dias** -----

----- **SUSPENSÃO DE MANDATO** -----

----- Nos termos do n.º 1, n.º 2 e da alínea c) do n.º 3 do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), suspendeu o mandato, por um período de 90 dias com início a 20.03.2023, o membro da Assembleia Municipal, senhor SÍLVIO SOARES DA CONCEIÇÃO – Lista CHEGA. -----

----- Nos termos do n.º 1, do artigo 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18 setembro (versão atualizada) tomou posse a senhora: -----

----- **JOANA CASIMIRO ROSADO – Lista CHEGA**, rececionista, natural da Freguesia de Fátima, concelho de Ourém, residente na rua Zé do Gago, n.º 175, Vale Travesso, Ourém, titular do cartão de cidadão n.º 12902356 6ZX8, válido até 24-04-2029. -----

----- Verificou-se a presença dos **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA**: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Urqueira – Orlando Sérgio Palmeiro Calado Cavaco -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----



----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----
 ----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias
 Lopes -----
 ----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo
 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fez-se representar o
 presidente de junta de freguesia: -----
 ----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva, é
 substituído pela Tesoureira, **Sónia da Silva Ruivaco Ferraz** -----
 ----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de
 setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica:-----
 ----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----
 ----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----
 ----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----
 ----- Rui Manuel Simões Vital -----
 ----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----
 ----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----
 ----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----
 ----- Cília Maria de Jesus Seixo -----
 ----- Gonçalo Santos Pires Bento -----
 ----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente
 da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas
 dezassete horas e quarenta minutos. -----

----- **ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS** -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o
 plenário relativamente à existência de matérias que, não tendo sido agendadas, poderiam ser



aditadas, nos termos do n.º 2, do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma sessão ordinária e reconhecida a urgência da respetiva discussão, a saber: -----

----- Protocolo com o Centro de Estudos de Fátima -----

----- P062/2023 – reparações de danos causados pelos incêndios de 2022 (Lote 1 – reparação da rede viária / Lote 2 – substituição de sinalização vertical e sinalética “Rota das Carmelitas”) -----

----- P162/2022 – requalificação da Estrada de Minde – troço entre o km 75+875 e o km 79+650 – retificação -----

----- Freguesia de Fátima – proposta de protocolo -----

----- Casa dos Magistrados e Palácio de Justiça de Ourém – proposta de doação -----

----- Face ao exposto, o senhor Presidente da AMO questionou os representantes dos grupos municipais, com assento neste órgão deliberativo, se tinham alguma objeção relativamente a esta proposta, tendo sido dado o respetivo consentimento, por maioria. -----

----- Assim, constituir os seguintes pontos da ordem de trabalhos: -----

----- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – protocolo com o Centro de Estudos de Fátima -----

----- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária - P062/2023 – reparações de danos causados pelos incêndios de 2022 (Lote 1 – reparação da rede viária / Lote 2 – substituição de sinalização vertical e sinalética “Rota das Carmelitas”) -----

----- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária - P162/2022 – requalificação da Estrada de Minde – troço entre o km 75+875 e o km 79+650 – retificação -----

----- **02.29** – Apreciação e votação da proposta camarária - Freguesia de Fátima – proposta de protocolo -----

----- **02.30** – Apreciação e votação da proposta camarária - Casa dos Magistrados e Palácio de Justiça de Ourém – proposta de doação -----

----- **02.31** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária -----



----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 01/2023 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023.02.27

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na referida sessão** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou do seguinte: -----

----- Comunicação da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais dando conhecimento do curso de “Literacia Política e Cidadania” com o objetivo de apoiar a capacitação dos eleitos locais sobre os temas em causa. -----

----- Mais informou da presença da Assembleia Municipal, desde a última sessão datada de 27 fevereiro 2023, nas seguintes iniciativas: -----

- BTL – Bolsa Turismo Lisboa 2023 -----
- Exposição “APPIimagem – Associação Portuguesa dos Profissionais da Imagem” -----
- Almoço “Amigos do CRIF” -----
- 41 aniversário Orquestra Típica Ourém -----
- Inauguração exposição de pintura “Instantes” -----
- Espetáculo “Entre Bandas” – Orquestra Sopros Ourém -----
- Almoço de chicharos – Filarmónica 1.º Dezembro de Vilar dos Prazeres -----
- Comemorações “Dia da Freguesia de Urqueira” -----
- Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses – 2023 -----
- ADAGIO 2023 – sessão Boas Vindas -----



- Cerimónia tomada posse dos Órgãos Sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Caxarias -----
- II Caminhada “Um Abraço Caminhando” – CRIF -----
- XIII Torneio 24 Horas de Futsal – Secção Bombeiros Freixianda -----
- X Congresso Nacional de Suinicultura -----
- Inauguração Parque de Lazer e Multiusos de Rio de Couros -----
- Caminhada e Festival de Sopas – Bombeiros Voluntários Ourém -----
- XXIII aniversário Associação Social e Cultural de Fontainhas, Seiça -----
- VIII Jornadas Culturais – Agrupamento Escolas de Ourém -----
- 109.º aniversário Associação Filarmónica Vilar dos Prazeres -----
- Track Day – Serra Alburitel, entrega de prémios -----
- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, senhores: -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: **“DECLARAÇÃO – 25 de Abril** -----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----

Srs. Vereadores, caros colegas; -----

A todos os que nos ouvem, boa tarde a todos. -----

Comemoramos amanhã mais um aniversário do 25 de abril de 1974, uma data crucial para a nossa democracia política. -----

É uma oportunidade para lembrar os valores e conquistas da Revolução dos Cravos, mas também para refletir sobre os desafios que enfrentamos atualmente. -----



É importante lembrar a coragem e determinação dos militares que, há 49 anos, protagonizaram um ato heroico que possibilitou a queda de um regime opressivo e permitiu a construção da nossa democracia. -----

Nesta data, homenageamos todos os que lutaram pela liberdade e pela democracia em Portugal, e reafirmamos nosso compromisso com esses valores. -----

Hoje, o nosso dever é preservar e consolidar a democracia para a qual muitos lutaram. Devemos continuar a combater todas as formas de opressão, desigualdade e injustiça, e trabalhar para construir uma sociedade cada vez mais justa. -----

Ao celebrarmos o 25 de abril, também homenageamos as primeiras eleições autárquicas que instituíram o poder local democrático. Esta foi uma grande conquista do 25 de abril, que mudou Portugal para melhor. -----

Portanto, em nome do Grupo Municipal do PSD, gostaria de saudar todos os autarcas do concelho de Ourém, anteriores e atuais, pelo desenvolvimento do nosso concelho, que é também fruto de seu esforço e dedicação. -----

No entanto, sabemos que ainda há muito trabalho a ser feito para desenvolver o país. As assimetrias regionais, a desertificação e o envelhecimento são cada vez maiores, e é urgente encontrar soluções para estes problemas. -----

Não podemos deixar de reconhecer que enfrentamos grandes desafios como nação. A elevada carga fiscal, a falta de médicos de família, a escassez de habitação, as greves na educação e uma justiça morosa e precária são apenas algumas das preocupações que afetam gravemente o nosso país, dominado por um estado centralizado e burocrático. -----

Que esta data nos inspire a continuar a lutar por um Portugal melhor para todos. É hora de nos unirmos para construir um país mais forte, justo e próspero para todos os portugueses. -----

Juntos podemos construir um futuro melhor para Portugal. -----

Que esta comemoração do 25 de abril seja uma oportunidade para celebrarmos as conquistas do passado, mas também para refletirmos sobre os desafios do presente e do futuro. -----

Viva Portugal! Viva a liberdade! Viva o 25 de abril! Viva Ourém! -----

Muito obrigado.” -----



= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES**, grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Cumprimento a todos na pessoa do Presidente desta Assembleia -----
 Hoje, 24 de abril, há 49 anos atrás, foi o último dia de uma das mais longas ditaduras da Europa. -----
 Uma série de homens ousados iniciavam um processo de alteração governamental em Portugal que culminaria com a conhecida Revolução dos Cravos, entregando ao Povo, por via de eleições livres, a gestão do seu destino. -----
 Estranhamente, todo este processo que apelidamos de democrático, com maturidade de quase 50 anos de vida, tem passagens estranhas com alguns comportamentos pouco direcionados pelas regras da democracia, como temos vindo a viver nesta Assembleia, onde a discussão de temas se resume a nó algo ou mesmo as opiniões públicas são tocadas por uma silenciosa aplicação. -----
 Não nos esqueçamos que o legado de Abril de 1974 é intemporal, com as suas bandeiras que, além da liberdade e da Justiça, a Educação e a Saúde. -----
 Ora, é precisamente na Saúde que vivemos um período quente, com tudo o que temos vivido no concelho, à espera de uma solução que teima em não aparecer. -----
 Uma vez mais, as pessoas ficam atrás, no meio dos interesses da política local, depois do desinteresse demonstrado no Orçamento, com possíveis devoluções de IRS ou avançar com IMI, nos mínimos possíveis, sobretudo quando somos confrontados com a inflação galopante e sem rédeas. -----
 Uma vez mais, a ganância das obras fala mais alto que os interesses mais básicos dos cidadãos. -----
 E amanhã? Amanhã será um dia dos discursos bonitos, algo romanceados, algo comuns a todos os anos, repetindo, pois, algo que temos vindo a ser habituados, ano após ano. -----
 Assim, deixo um apelo a todos que não desistam daquilo que se obteve com coragem e ousadia, que não permitam que os tiques de ditadura se imponham de forma sonogada. -----
 Tenho dito” -----

VOTO PESAR



= **LUÍS PEREIRA DE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, apresentou o seguinte voto de pesar: “Após período de doença faleceu MANUEL DIONÍSIO CHAINHO, de 92 anos de idade, natural e residente em Vilar dos Prazeres. -----

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, no mandato 1980/1982. -----

Destacado empresário sempre ligado à indústria do mobiliário. -----

Foi executante na Banda da Filarmónica 1.º de Dezembro. -----

Dirigente associativo. -----

Foi também representante da Fundação da Casa de Bragança, no conhecido Pinhal do Rei. ----

Sempre pronto a ajudar o próximo, atento aos problemas da terra, sendo reconhecido por todos os vilarenses. -----

Por isso, proponho um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Dionísio Chainho e que seja dado conhecimento à família.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

----- **VOTO PESAR** -----

= **NUNO MANUEL PINTO DIAS**, na qualidade Segundo Secretário Mesa da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de pesar: “A Assembleia Municipal de Ourém expressa o mais profundo pesar pelo falecimento do senhor António Eugénio Pinhão da Graça. -----

O senhor Pinhão, como era conhecido na comunidade, desempenhou as funções de presidente de Junta de Freguesia de Seiça de 1993 a 1997, tendo integrado o executivo desta Junta, nomeadamente como tesoureiro, durante vários anos. -----

Pela sua dedicação ao serviço público e à comunidade que serviu, é um exemplo a ser seguido por todos aqueles que buscam fazer a diferença nas suas comunidades. -----

Durante a sua gestão, o senhor Pinhão foi incansável no seu compromisso em melhorar a vida dos seus fregueses e os seus esforços serão lembrados por muitos anos. -----

Perante este nobre percurso, propomos a aprovação de um voto de pesar ao senhor Pinhão, apresentando as mais sentidas condolências à família.” -----



----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade, tendo-se respeitado, de pé, um minuto de silêncio.** -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos, -----

Cumprimento toda a Assembleia na pessoa do Senhor Presidente. -----

Na passagem do quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril, que amanhã celebramos, e num olhar àquilo que é hoje o país, não podemos deixar de constatar que, nestes quase cinquenta anos de democracia, foram alcançados significativos progressos em áreas tão sensíveis para a nossa vida colectiva, como o são os direitos fundamentais e as liberdades individuais, tanto do ponto de vista social e económico, mas também no plano político. -----

De facto, a realidade do país é hoje bem diferente daquela que tínhamos há algumas décadas. Basta olharmos para os avanços alcançados nos domínios da infraestruturacão, do abastecimento de água e do saneamento, das vias de comunicacão, ou da modernizacão da Administracão Pública. -----

E também quando temos presente a criacão do Serviço Nacional de Saúde e da Segurancça Social, ou quando nos lembramos da evoluçãõ registada ao nível do parque escolar e da qualificacão das pessoas, das empresas e dos territórios. -----

Ao olharmos para isto tudo, não podemos deixar de concluir que são marcantes as realizações da nossa Democracia. -----

Seja como for, todos sabemos que apesar do muito que já foi feito nestes anos, há sempre objectivos insatisfatoriamente cumpridos, seja ao nível da justiça, da igualdade de oportunidades e da solidariedade social, seja ainda ao nível da saúde, da educacão e da reforma do Estado. -----

Pela nossa parte, enquanto políticos e representantes dos cidadãos, e mesmo apesar de sermos oriundos de projectos ideológicos diferentes, é importante que saibamos convergir no essencial, sem, contudo, deixarmos de honrar o legado daqueles que fizeram o 25 de Abril, pois só assim seremos capazes de aprofundar a nossa Democracia. -----

Hoje, é inegável que temos uma Democracia consolidada, um Estado Social robusto e importantes níveis de progresso social e económico. -----



Ainda assim, neste quase meio século que nos separa do 25 de Abril, enfrentámos sucessivas crises financeiras e orçamentais, mas também crises institucionais, crises migratórias, a crise climática que ainda levará algumas décadas a superar, ou a recente crise pandémica, a que se veio somar uma guerra na Europa e uma inflação galopante. -----

A todas elas, a Democracia foi e continua a ser a única resposta para as enfrentar e superar. ---

Se aos portugueses cabe a obrigação de participar e exercer a Democracia, a nós, políticos, cabe-nos dar-lhe expressão e significado prático. -----

Porque é nosso dever representar e sintetizar os múltiplos interesses da sociedade, num equilíbrio de vontades, nomeadamente entre a vontade da maioria e o respeito pelas minorias.

É também nisto que reside a força da nossa Democracia. -----

Ao longo destes quarenta e nove anos, colhemos ainda outro ensinamento: o de que Portugal seria hoje bem diferente sem o precioso contributo das autarquias locais para a concretização dos valores de Abril e da Democracia. -----

A elas, o nosso respeito, porque também a elas se deve muito do desenvolvimento que o País conheceu nas últimas cinco décadas. -----

Enquanto autarcas, conscientes que estamos da necessidade de mitigar a tendência de distanciamento entre os cidadãos e as instituições, precisamos de incutir nos cidadãos o gosto pela participação cívica e política, promovendo o respeito pelo debate democrático e pela diversidade de opiniões. -----

E é por isso que lançamos hoje um veemente apelo aos mais jovens, cujas preocupações em relação à forma como cuidamos do planeta são sempre actuais e prioritárias, mas que, ao mesmo tempo, exerçam plenamente a sua cidadania nas suas múltiplas vertentes. -----

E que celebrem o respeito pelo passado, mas com os olhos postos no futuro! -----

Esperamos que as gerações mais novas possam encontrar no 25 de Abril a inspiração para o que querem e podem vir a ser no futuro. -----

Mas nunca esquecendo que a Liberdade de que todos disfrutam tem de ser diariamente defendida com todo o vigor, envolvendo-se na causa pública, com a comunidade, e ajudando a tornar este País muito melhor todos os dias. -----

Um País mais justo, livre e democrático! -----



Viva o 25 de Abril! -----

Viva a Liberdade! -----

Obrigado!” -----

= **PAULA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Boa tarde -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Senhores vereadores -----

Comunicação social -----

Publico em geral -----

A rede de autarquias que cuidam dos cuidadores informais é um serviço que cuida do descanso do cuidador que vê proporcionar-lhe uma pausa temporária na responsabilidade do cuidado para quem é cuidador. -----

Trata-se de uma atividade que obriga a um acompanhamento 24H e que é necessário começarmos a pensar numa solução e num apoio a estas famílias que, durante 24H, necessitam de acompanhar os seus cuidados. -----

Neste sentido, questiona-se nesta Assembleia e ao senhor Presidente de Câmara sobre a possibilidade de criarmos, no futuro, uma bolsa de recursos para cuidadores informais. Essa bolsa devidamente qualificada e que possam haver pessoas que se disponibilizem para acompanhar e cuidar estas pessoas no domicílio. -----

Esta rede já existe em alguns municípios. Deixo este apelo e este desafio. Tendo em conta este último grupo de mães que aqui esteve, de alguma forma, a manifestar esta necessidade de terem os seus filhos dependentes de si e não se poderem ausentar, no seu dia a dia, para cuidar delas próprias porque estão todos os dias a cuidar deles, parece-nos que seria um projeto interessante de, no futuro, o Município de Ourém pensar nele. -----

Obrigada” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em representação do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal -----



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Membros da Assembleia -----

Comunicação social, -----

Público presente na sala e em casa -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Há mais de 50 anos que o país discute a localização do novo aeroporto de Lisboa. Nos últimos anos o governo teve ao seu dispor todas as ferramentas democráticas e executivas para tomar uma decisão final sobre esta localização. -----

Também teve oportunidade para realizar obras cada vez mais urgentes no aeroporto Humberto Delgado, mas nem isso aconteceu. Nem se aproveitou a situação de pandemia à escala mundial, onde ocorreu uma significativa diminuição do tráfego aéreo, possibilitando a realização dessas obras. -----

Depois de muitos desenvolvimentos, foi aprovada a criação de uma comissão técnica independente para proceder à avaliação ambiental estratégica do futuro aeroporto de Lisboa.

Na resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2022, foram contempladas cinco opções alternativas para a localização do novo aeroporto. -----

Entre elas, quero destacar o Projeto Magéllan 500, um projeto recentemente apresentado, de iniciativa privada, para a construção de um aeroporto na região de Santarém, que foi incluído nestas duas soluções: -----

- Uma solução dual, em que o Aeroporto Humberto Delgado terá o estatuto de aeroporto principal e um aeroporto localizado em Santarém o de complementar; -----

- Outra solução, será a construção de um novo aeroporto internacional localizado em Santarém, que substitua, de forma integral, o Aeroporto Humberto Delgado. -----

Este novo projeto será mais do que um novo aeroporto para Lisboa. É a execução de uma infraestrutura que servirá todo o país de forma equilibrada e sustentável. -----

A escolha da região de Santarém para a instalação do aeroporto significaria alavancar toda a economia desta zona, criando uma nova centralidade em Portugal, respeitando o princípio da coesão territorial, valorizando não apenas a região, mas todo o país. -----



O Magéllan 500, tratando-se de um projeto de investimentos totalmente privados, proporcionará, por isso, uma poupança muito significativa para os cofres do Estado, leia-se, contribuintes. Por outro lado, ainda, como aproveita de infraestruturas de acesso já existentes, o novo aeroporto não necessitará da construção de novas vias, evitando o recurso a mais encargos públicos, como acontece com outros projetos. -----

Criado de raiz num local com poucos habitantes nas suas proximidades, outra das mais valias deste projeto será o baixo impacto ambiental que a obra terá para a região, como certamente indicará o estudo de avaliação ambiental. -----

Para o concelho de Ourém, esta localização, muito próxima de Fátima, contribuirá para uma maior afirmação e expressão do turismo religioso no nosso território, potenciando, igualmente, visitas prolongadas por toda a região. -----

Face ao exposto e porque consideramos ser a solução que melhor serve os nossos interesses, com impacto decisivo na dinamização social e económica do nosso concelho, a bancada do PSD vem manifestar o seu apoio à construção de um novo aeroporto internacional localizado na região de Santarém, em regime de complementaridade ao Aeroporto Humberto Delgado, ou então, a solução de o substituir de forma integral.” -----

----- VOTO DE RECONHECIMENTO -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, na qualidade Primeira Secretária Mesa da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de reconhecimento: **“Adagio – Encontro Internacional de Dança** -----

A Assembleia Municipal propõe a atribuição de um voto de reconhecimento à Arabesque, pelo trabalho e comprometimento com a arte da dança, em concreto com a realização de mais uma edição do “Adagio – Encontro Internacional de Dança”, que decorreu no Teatro Municipal de Ourém, entre os dias 31 de março e 4 de abril. -----

A competição foi um evento de grande magnitude e sucesso, reunindo cerca de 500 dançarinos de 20 escolas nacionais e internacionais. -----

A qualidade da organização, a excelência do júri e a dedicação de todos os funcionários envolvidos foram essenciais para o sucesso deste evento. -----



O Adagio trouxe grande visibilidade para o nosso concelho, além de fomentar a cultura e as artes entre nossos jovens e adultos. A qualidade e o profissionalismo da organização foram notáveis, tornando a competição um evento memorável para todos os envolvidos.” -----

----- VOTO DE RECONHECIMENTO -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, na qualidade Primeira Secretária Mesa da Assembleia Municipal, apresentou o seguinte voto de reconhecimento: “Portugal enviou, no passado mês de fevereiro, para a província de Concepción, no Chile, um contingente de 144 operacionais, entre bombeiros, militares da GNR e pessoal médico, para ajudar a combater os fogos florestais que assolaram aquele país. -----

Deste contingente fizeram parte três bombeiros do concelho de Ourém: Luís Manalvo, chefe de uma das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) dos Bombeiros Voluntários de Caxarias; Custódio Oliveira, chefe dos Bombeiros Voluntários de Ourém, e Pedro Novo, que integra a Força Especial de Bombeiros e Proteção Civil. -----

Como forma de assinalar bravura destes três homens, a Assembleia Municipal de Ourém propõe a atribuição de um voto de reconhecimento a estes soldados da paz e que se dê conhecimento às respetivas corporações de bombeiros.” -----

----- 02 - ORDEM DO DIA -----

02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer inscrição. -----

02.02 – APRESENTAÇÃO E APRECIÇÃO DOS PROJETOS VENCEDORES DA AJO 2023

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu que o tema da edição da Assembleia Jovem de Ourém, este ano, tem por base a Jornada Mundial da Juventude e eventual vinda de Sua Santidade, o Papa Francisco, a Fátima, no



início do próximo mês de agosto, o que, conforme disse, motivará a visita de milhares de jovens ao concelho de Ourém, surgindo assim a oportunidade de mostrar aos jovens de todo o mundo como é o concelho e o que o mesmo pode oferecer. -----

----- Assim, conforme previsto no Regimento da AMO, passou-se à apresentação e apreciação das propostas vencedoras da AJO: -----

----- **PROJETO: “Ourém Fun Run JMJ 2023” – Escola Básica e Secundária de Ourém**

Responsável: Prof.º Orlando Marques -----

Matilde Ramalho, 6º Ano -----

Carolina Ribeiro, 6º Ano -----

Afonso Batista, 6º Ano -----

Rodrigo Gaspar, 6º Ano -----

Mariana Cruppeizaki, 6º Ano -----

Tomás Ferreira, 6º Ano -----

Beatriz Henriques, 6º Ano -----

Descrição do Projeto -----

Caminhada color run solidária, que inclui: -----

Caminhada tipo color run, no percurso do Jardim de Le Plessis-Trévisé ao Castelo; -----

Túnel de espuma; Insufláveis para as crianças e festa final com concertos no largo do Castelo (com bandas locais e de música católica); -----

Barraquinhas de comes e bebes, e merchandising local e das JMJ, no espaço do concerto. -----

As receitas obtidas reverterão para uma instituição local de apoio a crianças/jovens e para a Associação Abraçar São Tomé e Príncipe. -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 4.000,00 euros -----

- Todas as idades: a correr, a andar ou a gatinhar, o importante é participar! -----

----- De seguida, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNIICPAL agradeceu a apresentação do trabalho, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----



= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, referiu o seguinte: “Gostaria de agradecer o trabalho dos vencedores. -----

Julgo ser o grupo etário mais jovem que participou nesta Assembleia Jovem. Acho que para o ano poderíamos envolver também os alunos dos últimos anos da primária, para abrangermos quase todos. -----

Parabéns. Parabéns aos intervenientes vencedores e a todos os participantes.” -----

= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “Gostaria de felicitar estes jovens que, como disse há pouco, o Futuro cabe-lhes a eles e, por isso, é sempre de louvar a iniciativa que têm e os projetos que trouxeram hoje à nossa consideração. -----

Felicitar estes jovens e a quem os apoiou nesta iniciativa. -----

Obrigado” -----

= PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, referiu o seguinte: “Gostaria de parabenizar os participantes, os vencedores e os vencidos também, porque sem vencidos não haveria vencedores. -----

Que se continue a dar oportunidade dos mais jovens puderem fazer parte ativa na vida social e na vida do concelho -----

Os meus parabéns” -----

----- **PROJETO: “Vem, traz um Amigo, nós estamos Contigo!” – Escola Profissional de Ourém** -----

Responsável: Prof.^a Ana Pinho -----

Cristiana Lourenço Marques, 11.º ano -----

Cristiana Oliveira Silva, 11.º ano -----

Liliana Maria Pereira Alves, 11.º ano -----

Raquel Filipa Santos Duarte, 11.º ano -----

Rúben da Silva Matos, 11.º ano -----

Tomás Davide Reis, 11.º ano -----

Descrição do Projeto -----



“O objetivo é integrar os visitantes e promover visitas a lugares do concelho, promover a nossa cultura, símbolos e a nossa gente no caminho para Fátima. O visitante é informado sobre os principais pontos de interesse e culturalmente relevantes para conhecer no nosso concelho: Castelo, Agroal, Cruzeiro da Freixianda, Igreja Velha do Fárrio, Estação Ferroviária de Caxarias, Santuário de Fátima. O caminheiro/visitante tem acesso a um #passaporte digital, onde colocará uma foto sua junto aos murais/lonas colocados nesses pontos de interesse. Esses murais/lonas são alusivos às jornadas e vinda de Sua Santidade O Papa. Estes murais/lonas podem ser desenhados pelos alunos das escolas do concelho de Ourém ou jovens artistas e impressos em suportes próprios, impermeáveis. Se o visitante/caminheiro conseguir juntar todas as fotos e QR Code colocados nos murais/lonas, no final em Fátima tem direito um voucher com um desconto num espaço comercial/parcerias de promoção (por exemplo, restaurante, loja de recordações, hotéis ou outro comércio local) a ser entregue de forma digital se completar todo o #passaporte digital.” -----

Orçamento e Público-Alvo -----

- 15.000,00 euros -----

- Jovens -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu a apresentação do projeto, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante de grupo municipal Partido Socialista, referiu o seguinte: “Gostaria de dar também os parabéns aos vencedores deste escalão. -----

Fazer um agradecimento especial aos professores que, de certeza, têm um papel importantíssimo nestes projetos, de dinamização e ajuda aos alunos. -----

Acho que os projetos podem ser complementares. Se o Município achar por bem, apesar de serem projetos independentes, podem complementar. -----

Obrigado a todos pela participação.” -----

= JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA, na qualidade de representante grupo municipal MOVE, referiu o seguinte: “Estender a este grupo o que disse ainda há pouco. -----



Agradecer também o projeto e, conforme disse o colega, certamente será uma mais valia para o concelho. -----

Muito obrigado” -----

= JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO, em nome grupo municipal do Partido Social Democrata,

expôs o seguinte: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal; -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; -----

Srs. Vereadores, caros colegas; -----

A todos os que nos ouvem, boa tarde a todos. -----

É com grande satisfação que me dirijo a esta Assembleia Municipal hoje, para expressar o meu reconhecimento e gratidão pela iniciativa da Assembleia Jovem de Ourém (AJO). -----

A AJO é um projeto de participação cívica e democrática dirigida aos jovens do concelho de Ourém, que tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cidadania ativa, incentivando a participação dos jovens nas questões que os afetam diretamente. -----

Este projeto tem sido um verdadeiro exemplo de empenho, dedicação e responsabilidade, que muito enaltece a juventude do nosso concelho. -----

Ao longo dos últimos anos, a AJO tem demonstrado a sua importância e papel fundamental na promoção da cidadania ativa e na formação de jovens líderes, capazes de participar de forma efetiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e responsável. -----

Os membros da AJO têm trabalhado arduamente para discutir e debater questões relevantes para a comunidade jovem, apresentar propostas e projetos, e participar em iniciativas cívicas e sociais. Essa participação não só permite que os jovens sejam ouvidos, como também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. -----

Portanto, em nome do Grupo Municipal do PSD, quero expressar os meus mais sinceros parabéns e agradecer à Assembleia Jovem de Ourém pelo seu trabalho incansável em prol da juventude e da nossa comunidade. -----

A juventude é o futuro do nosso concelho, e por isso, é essencial dotar os jovens de ferramentas para participarem ativamente na construção desse futuro. -----

Contem com o nosso apoio e reconhecimento em todas as iniciativas futuras. -----

Muito obrigado.” -----



= PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, referiu o seguinte: “Replico as minhas palavras de há pouco. -----
Mais uma vez parabéns a toda esta juventude que será o futuro desta Assembleia. -----
Obrigado” -----

= JOANA CASIMIRO ROSADO, na qualidade representante do grupo municipal CHEGA, disse o seguinte: “Boa tarde a todos -----
Muitos parabéns, gostei muito dos vossos projetos. -----
Muito obrigada” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa -----

Senhores vereadores -----

Senhores deputados municipais -----

Obviamente temos de estar satisfeitos por aquilo que nos foi apresentado, não só pelas ideias que trouxeram, como também pela participação de todos os que se envolveram em mais uma edição da AJO, estes alunos e jovens presentes e também todos aqueles que participaram e que também enriqueceram a vossa vinda aqui, a esta casa, a casa da democracia. -----

E, quanto mais não seja, todo este percurso, toda esta atividade, toda esta iniciativa é sempre importante que os jovens possam estar connosco, possam ver como as coisas funcionam, como funciona uma Assembleia Municipal ou um órgão executivo. -----

Nos dias de hoje, como sabemos, os jovens estão muito afastados. A imagem que têm dos políticos e da política, em geral, não é boa. Tudo o que se faça para aproximar esta juventude dos órgãos autárquicos, é sempre importante. -----

E, falando para vós diretamente, não esqueçam que, no futuro, serão vós mesmos a estar nestes lugares, a tomarem conta, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal. Por muito e mais negativa imagem que tenhamos dos políticos, é bom saber que são os políticos que definem as políticas para as nossas cidades e para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações e de todos nós. -----



Acho que é importante que todos vocês saibam aquilo que nós aqui fazemos, saibam aquilo que nós aqui podemos fazer, para que, no futuro possam também contribuir, possam envolver-se nestas questões que são também muito importantes para o nosso futuro. -----

Obrigado à AJO. Obrigado ao senhor Presidente, mais uma vez, pela iniciativa. -----

Estaremos sempre disponíveis para vos acolher e para ouvir aquelas que são as vossas pretensões e as vossas ideias para o futuro. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu, mais uma vez, a participação de todos os que estiveram envolvidos no projeto AJO.

02.03 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Comunicação Social, -----

Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online -----

Estimados ourenses, -----

Permitam-me que inicie esta minha intervenção, com uma saudação muito especial a todos os jovens que participaram naquela que foi a quinta edição da Assembleia Jovem de Ourém.

Enquanto Presidente da Câmara Municipal, é com imenso orgulho que observo o empenho que todos tiveram na concretização dos projetos aqui apresentados. Reforço uma palavra de



agradecimento à Assembleia Municipal de Ourém e ao seu presidente, o Engenheiro João Moura, pela visão de futuro e pela capacidade de mobilizar os jovens ourenses para o exercício de uma cidadania ativa, responsável e participativa. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Tão importante quanto precaver o futuro, é honrar os compromissos do presente. Pandemia, guerra, inflação... Os obstáculos sucedem-se e os tempos continuam difíceis para todos nós. A missão do Município de Ourém também passa por garantir apoios a todas as famílias, empresas e instituições necessitem de um incentivo neste período tão conturbado. -----

Já o disse e repito: em Ourém, não deixamos ninguém para trás. É precisamente sob este desígnio que estamos constantemente a ponderar e a deliberar estratégias e medidas capazes de apoiar quem mais precisa, estimulando, em simultâneo, o desenvolvimento social deste nosso Concelho. -----

Foi essa a nossa linha de atuação durante a pandemia, foi também essa a nossa conduta desde o primeiro dia de guerra. Será também esta, a nossa forma de trabalhar, perante uma inflação galopante, que coloca em cheque o bem-estar das nossas famílias. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

A pandemia, a guerra e a pressão inflacionária resultam numa verdadeira bola de neve. Um aglomerado de problemas contra os quais nos batemos ao longo dos últimos anos. As consequências estão bem refletidas no Relatório de Gestão e Prestação de Contas, que hoje submetemos ao escrutínio desta digníssima Assembleia. -----

Não obstante o aumento dos gastos, nomeadamente energéticos, que sofreram um acréscimo de cerca de 1,7 milhões de euros, comparativamente ao ano anterior, ainda foi possível investir cerca de 13,6 milhões de euros, o que não deixa de ser significativo. -----

Além desses dados, permitam-me que ainda saliente o seguinte: -----

- Os pagamentos em atraso são inexistentes e o limite da dívida total continua longe de ser atingido, pois temos agora uma margem de 37,9 milhões de euros, face ao limite previsto por lei; -----



- O Resultado Líquido do Exercício é positivo em 815,8 mil euros, consubstanciando um aumento verdadeiramente significativo, quando com o comparado com os 95,1 mil euros verificados em 2021; -----

- O resultado antes de depreciações e gastos de financiamento também é positivo em 10,1 milhões de euros; -----

- O volume das disponibilidades imediatas existentes ronda os 13 milhões de euros, valor que permitiria sanar a totalidade da dívida existente. Aliás, mesmo que o Município utilizasse o montante existente em disponibilidades, a dívida total situar-se-ia em zero, com um valor de saldo disponível a rondar os 5,5 milhões de euros. -----

Tudo isto sem esquecer que, este Relatório de Gestão e Prestação de Contas, também já reflete as consequências da pressão inflacionária, observada no decurso do exercício de 2022, com reflexo evidente no aumento dos gastos. -----

O resultado do exercício de 2022 prossegue em linha com a estratégia de zelo e rigor que implementámos desde o primeiro dia em funções e que nos tem permitido alavancar o volume de investimentos, ano após ano. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Transporto esta minha intervenção para um problema que, infelizmente, continua na ordem do dia em todo o país, com natural impacto neste nosso Concelho de Ourém. Falo do estado da saúde e, sobretudo, da escassez de profissionais desta área, a exercer funções em território ourensense. -----

Continuamos tremendamente empenhados numa tentativa de resolução. Na última sessão da Assembleia Municipal, a 27 de fevereiro, abordei este tema para lembrar que o Município tem sido parte ativa na defesa dos interesses da população. -----

Enumerei uma série de intervenções que levámos a cabo para garantir a melhoria dos serviços prestados. Recordei a requalificação de pelos menos cinco novos centros de saúde (Alburitel, Olival, Rio de Couros, Sobral e Vilar dos Prazeres), estando mais um em plena construção, à data de hoje (Caxarias). Deixei aqui bem exposto que foi pelo tema da saúde que mais vezes reuni com o Governo e os respetivos ministérios, estando inclusivamente a aguardar uma nova



reunião com o Senhor Secretário de Estado da Saúde e com o Sr. Diretor Executivo do SNS, Dr. Fernando Araújo. -----

Hoje, aqui estou para anunciar novas medidas, também elas ponderadas e deliberadas para que o Município de Ourém continue a ser parte da solução. -----

Falo da Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar nas Unidades de Saúde de Ourém, que estará em consulta pública até 15 de maio. -----

Falo, também, do protocolo que o Município de Ourém desencadeou e que envolve a ARSLVT, a União das Misericórdias Portuguesas, o Município a Irmandade da Santa Casa da Misericórdias de Fátima/Ourém. Trata-se do projeto “Bata Branca”, que permitirá que a Santa Casa possa contratar médicos aposentados ou que não estejam ao serviço do SNS, para poderem trabalhar no nosso Concelho, nomeadamente nos polos da UCSP onde existem carências de médicos. -----

Através de mais esta iniciativa, o Município vai participar na contratação de médicos e contribuir para aumentar o número de profissionais disponíveis para a prestação de consultas nos serviços de saúde primários, no nosso Concelho. -----

Já tive a oportunidade de o dizer publicamente e repito perante esta Assembleia: a somar a várias outras medidas, estamos perante mais um grande esforço financeiro que a autarquia leva a cabo, no domínio dos apoios e incentivos à fixação de profissionais de saúde. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

A propósito de esforço financeiro, permitam-me que recorde que este nosso Concelho de Ourém continua a ser alvo de uma intervenção profunda, no sentido do desenvolvimento. -----

Falo das grandes obras em curso, a decorrer em todas as freguesias e uniões de freguesias do nosso território. Todas, sem exceção, sempre em plena articulação com as autarquias locais e no cumprimento de outra das nossas missões essenciais: responder às necessidades da população. -----

Porque seria fastidioso voltar a enumerar perante esta Assembleia, todas as empreitadas em curso à data de hoje, bem como as que já estão a ser planeadas, refiro-me apenas às intervenções que entendemos como fundamentais para que a Cidade de Fátima possa estar à



altura das responsabilidades, por ocasião da visita de Sua Santidade o Papa, no âmbito da Jornada Mundial da Juventude. -----

Estamos perante um investimento próximo dos 300 mil euros, absolutamente necessário para que estejam reunidas condições de segurança e fazer de Fátima e do Concelho de Ourém um local digno de receber a visita de milhões de peregrinos, que mais uma vez vêm até nós. Recordo e sublinho: este investimento é da inteira responsabilidade do Município, que assume esta despesa na sua totalidade, face à intransigência do Governo Central, que ao contrário do que aconteceu em 2017, quando da última visita de Sua Santidade, desta vez decidiu não apoiar a nossa autarquia, excluindo Ourém de todas as reuniões preparatórias que estão a anteceder este evento. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Na noite desta segunda-feira, começa a cumprir-se o 49.º aniversário do Dia da Revolução. Praticamente meio século depois do 25 de Abril de 1974, lutamos diariamente pelos direitos conquistados desde então. -----

Apesar das adversidades que o nosso país atravessa, continua a ser tempo de expressarmos, com sentimento, o reconhecimento e gratidão aos Militares de Abril, pela oportunidade que nos deram de escolher o nosso caminho, construindo um futuro coletivo, onde se respeita a diversidade de opiniões e de ideias. -----

Só assim podemos continuar a assinalar com orgulho, a presença de Portugal no seio do grupo das nações dignas e de espírito humanista. Sobretudo em tempos conturbados, onde as democracias estão sob a ameaça de pensamentos extremistas e atitudes cada vez mais radicais. -----

Minhas Senhoras, meus Senhores -----

Termino esta minha intervenção, manifestando o orgulho que sinto em poder liderar os destinos do Município. Ourém é um território cada vez mais dinâmico, atrativo e mobilizador. São disto exemplo os diversos acontecimentos e as inúmeras iniciativas que temos vindo a promover, ao longo das últimas semanas. A Semana Santa, a Semana da Educação e a Festa do Livro são exemplos de eventos com uma programação riquíssima, que em nada fica a dever às grandes cidades deste país. A programação artística e cultural do Teatro Municipal de



Ourém também nada deve às maiores salas do país. E até a nossa FeirOurém continua numa rota de crescimento e consolidação, voltando a contar com uma programação de excelência já na próxima edição. -----

Queremos e tudo faremos para que o Concelho de Ourém continue este seu caminho de desenvolvimento e crescimento, porque só assim conseguiremos garantir a melhoria da qualidade de vida de todos os ourenses. -----

Muito obrigado!” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário (arquivado na respetiva pasta) -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos, Fiscalização e Contencioso e Informática	DRHFCI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE
Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Quase dois meses depois da última Assembleia Municipal, na qual se discutiu, e muito, a problemática da Saúde, gostaria de saber se tem alguma novidade sobre a integração do concelho de Ourém na ULS de Leiria.” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: “As minhas duas questões têm a ver, precisamente, com a questão da área da saúde. -----

Tomamos conhecimento pela imprensa que a Unidade Local saúde de Leiria já tem plano de negócios. -----

Em declarações ao jornal Notícias de Ourém, o senhor presidente foi um bocadinho, digamos parco, naquilo que nos poderia revelar sobre o que está em causa em relação a esta Unidade Saúde Local. A nossa questão, era se poderia levantar um pouco mais o véu daquilo que está aqui em causa, em termos da Saúde no concelho de Ourém. -----

A segunda era só reafirmar, apesar de não obstante os esclarecimentos que já foram prestados nesta Assembleia. -----

Outra questão, em reunião de Comissão de líderes, a propósito da questão da central fotovoltaica do Pinhal do Rei, deixar aqui a nota do MOVE, de descontentamento relativamente a um projeto que, do nosso ponto de vista, põe francamente em causa um património que, de outra forma, será votado a uma exploração em que nada tem a ver com os princípios, com aquilo que é a história do local. Uma mancha verde que poderia de outra forma ser colocada ao serviço dos ourenses, sem prejuízo. -----

O MOVE não é contra a este tipo de investimentos, mas achamos que há locais mais apropriados para o fazer. -----

Muito obrigado” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual é a intenção, o compromisso ou a responsabilidade que tem no projeto da Associação dos Caminhos de Fátima, tendo em



conta a importância religiosa, espiritual e bem estar físico e mental que tem para Fátima, onde os caminhos terminam, mas também para todo o concelho por onde todos os caminhos passam.” -----

= **MÓNICA FILIPA GASPAS FÁRIA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Duas questões para colocar ao senhor Presidente da Câmara -----

Uma delas está relacionada com um assunto que temos vindo a falar nas últimas assembleias, a Jornada Mundial da Juventude. Pergunto, já existem novos desenvolvimentos da parte do Governo para com o nosso Município, para garantir toda a logística que um acontecimento destes exige. Assegurar também o conforto e a segurança de todos estes jovens e menos jovens que irão com certeza permanecer no nosso concelho. -----

A segunda questão está relacionada com o Festival de Setembro, realizado na nossa Vila Medieval de Ourém e que, devido à pandemia, foi suspenso. Agora que o local está mais apelativo do que nunca e merece ser, com certeza, visitado e divulgado, pergunto não pretende retomar a realização deste evento. Penso que seria uma mais valia a nível cultural e de elevado interesse para o nosso concelho. -----

Obrigada” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, o meu colega do MOVE já tocou este assunto, relativamente ao Pinhal do Rei, o investimento que vai ser feito, painéis fotovoltaicos, gostaria que esclarecer um pouco o projeto, o que vai acontecer e quais os benefícios para a população em geral do concelho. -----

Muito obrigado” -----

= **ORLANDO SÉRGIO PALMEIRO CALADO CAVACO**, em representação do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “A minha questão também é sobre a Saúde. -----

Falou do projeto “Bata Branca” e, antes de mais, queria dar os parabéns à Câmara Municipal pela forma como está a tentar dar a volta a esta questão gravíssima e face à inoperância do Governo que tem esta responsabilidade, os meus parabéns. -----

Gostaria que nos desse algumas informações sobre este projeto “Bata Branca”. Quando iniciou ou quando é que acaba e alguns detalhes que não tenha falado. -----



Muito obrigado” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Retomando um assunto que já foi aqui falado, a Jornada Mundial da Juventude. A nível da vigairaria de Ourém, Ourém vai receber mil jovens durante a semana da pré Jornada, são jovens que vão pernoitar no concelho. Aproveitando a pergunta que foi feita anteriormente e porque à semelhança de outros municípios, Ourém também vai receber jovens. Perguntava que tipo de atividades, se estão programadas, o que té que o Executivo tem programado para receber estes jovens, pelo menos mil. -----

Outra questão que queria colocar, tem a ver com uma situação que se verifica depois da pandemia, o ano letivo é cada vez mais extenso, as escolas primárias, este ano, terminam o seu ano letivo no dia 30 de junho. Muitas escolas não têm equipamentos para fazer face ao calor. Estamos a falar de muitos dias de calor e as salas de aulas têm lotação máxima. Perguntava se o Executivo não poderia fazer um levantamento de todas as condições que estas escolas primárias têm e talvez fornecê-las com ventoinhas ou ar condicionada vertical para fazer face a esta situação. -----

Outra questão. Relativamente às casas de banho do jardim que está tão agradável e tão bem frequentado e muito frequentado aos fins de semana. Infelizmente, as casas de banho são manifestamente poucas para o número de pessoas que frequentam, tanto o jardim como os cafés que ali estão. Pergunto se o senhor Presidente tem alguma ideia para colmatar esta deficiência. Do que tenho conhecimento, as casas de banho fecham às 11H da noite, levando a que as pessoas façam as suas necessidades em outros sítios. Pergunto se tem alguma solução para este problema. Faço esta questão porque, de manhã, estão por ali crianças a brincar e, por vezes sentem-se cheiros menos agradáveis. -----

Muito obrigada” -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAS DA SILVA PEREIRA MARQUES**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Recentemente foram divulgados, nos meios de comunicação social, dados relativos a imóveis devolutos no concelho de Ourém, devido ao programa “Mais Habitação”, medida essa apresentada pelo Governo e a qual pretende o arrendamento coercivo dos mesmos. -----



Ourém constava como um dos municípios com mais imóveis identificados como sendo devolutos, sabendo-se claramente que estes não correspondem a prédios com condições de habitabilidade. -----

No entanto, gostaria que o senhor Presidente fizesse essa clarificação nesta Assembleia.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

- Saúde/ULS Leiria. Penso que esta era uma boa questão a colocar ao Governo, já que é ele que está a tentar implementar as ULS a nível nacional. -----

Relativamente à última sessão que tivemos, a novidade que se pode dar é que também já foi criado um grupo de trabalho para a criação de uma ULS no Médio Tejo, iniciado muito recentemente e onde foi dito, claramente, que essa ULS não irá contemplar o Município de Ourém e que este iria ser integrado na ULS Leiria. É o que posso dizer neste momento, foi o que me foi transmitido a semana passada. -----

- Plano de Negócios. Já nos foi apresentado o plano de negócios desta ULS. Um documento denso e bem feito, bem elaborado, muito completo, com um levantamento exaustivo de toda a situação do concelho. E nós, perante esse documento, elaborámos um conjunto de propostas daquilo que entendemos que deveria ser importante para que o concelho de Ourém possa melhorar a prestação de cuidados de saúde à população. -----

Nesse sentido pedi também uma reunião, conforme disse na minha intervenção, com o senhor Secretário Estado de Saúde e com o Diretor Executivo do SNS, para que possamos discutir, em conjunto, todas as propostas e aquilo que queremos e entendemos importante para o Município de Ourém. -----

Tem tudo a ver com aquilo que todos sabemos e temos vindo a reivindicar há bastante tempo e que é a manutenção de todos os serviços que são prestados no concelho de Ourém e isso também foi garantido na tal reunião que tive no Médio Tejo onde foi dito que, embora Ourém não fizesse parte deste estudo para a futura ULS Médio Tejo, mas que todos os serviços que estão a ser prestados irão ser mantidos, uma garantia que foi dada, não a mim pessoalmente, mas a quem esteve reunido com a entidade de Saúde. E, obviamente, a colocação de mais médicos de família no nosso concelho, isso é fundamental, como a ocupação dos postos de saúde no concelho, não em permanência, porque sabemos que isso é impossível nos dias de



hoje, mas com maior frequência para que todos tenham acesso o mais próximo possível à Saúde. -----

A questão do alargamento do Centro de Saúde de Ourém com a duração funcionamento que tem durante a semana e também ao fim de semana com a criação do atendimento complementar para poder melhorar e ter outro tipo de resposta que hoje não tem. É isto que posso acrescentar àquilo que se passou há cerca dois meses atrás. Não sei quando é para iniciar funções, presumo, ninguém me disse, que as futuras ULS do país sejam para iniciar funções todas ao mesmo tempo. Ninguém o disse, mas parece que essa talvez seja a intenção do Governo. -----

- Central Fotovoltaica. Gostaria de trazer aqui alguns elementos sobre algumas características da central fotovoltaica. -----

Penso que os líderes de bancada, assim como a Mesa da AMO reuniram, onde a parte técnica da Câmara esteve presente para dar conta daquilo que se está a desenvolver. Ao contrário do que se poderia pensar, a central fotovoltaica não ficará instalada em locais que tenham impacto visual, nomeadamente, para quem está no Castelo, porque o parque ficará virado para Sul, para o lado do Carregal. Esta era uma preocupação vossa e também nossa, quando surgiu este processo mas, parece-me, pelo que foi dado a perceber, que este parque não terá impacto visual, quer do Castelo, quer quem passe na EN349. -----

Característica da Central. É para produzir 5MW, irá ocupar uma área de 9ha, um investimento de 4,8 milhões de euros, irá servir cerca de 8 mil pessoas e irá poupar cerca de 4 mil toneladas de CO2 por ano. Estas são as principais características desta central e estamos a falar de energia que hoje é muito aconselhada. Parece-me que não será um investimento desproporcionado para o nosso concelho, antes pelo contrário, tendo em conta a amplitude que este mesmo investimento irá ter no concelho e o seu impacto em termos de energia limpa. -----

- Caminhos de Fátima. Um projeto que tem alguns anos e que tem andado a ser trabalhado através de uma associação que foi criada, ao tempo, em que estão envolvidos 14 municípios, englobando municípios desde Vila Nova de Gaia até Ourém. Há uma comissão executiva da qual Ourém faz parte e hoje a senhora vice Presidente faz parte dessa comissão executiva que é presidida pelo Presidente da Câmara de Pombal, da qual também faz parte o Presidente da



Câmara de Vila da Feira. Está finalmente concluída em termos de sinalização. Irá ser feita uma apresentação pública em Vila Nova de Gaia no próximo dia 5 de maio, onde irá estar identificado o caminho que melhor servirá os peregrinos que venham do Norte para Fátima, preservando sempre a questão da segurança. Essa é a parte principal deste caminho, deste processo que teve algumas vicissitudes pelo meio, teve um financiamento comunitário e que, finalmente, irá ser apresentado em Gaia, onde começa. Mais tarde iremos ter uma conferência imprensa em Fátima para assinalar onde termina. Finalmente, a questão está a terminar. -----

- Festival Setembro. O festival vai regressar este ano, nos dias 8, 9 e 10 de setembro, com o tema "Nós Migrantes". Estamos já a trabalhar muito afincadamente nesse projeto. É um projeto que também está incluído na candidatura que fizemos para a atividade cultural do nosso concelho. Haverá uma reunião onde estará presente também a Junta de Freguesia, os habitantes do Castelo, no próximo dia 5 de maio onde será feito um primeiro draft daquilo que se pretende fazer em termos de festival. Depois destes anos que coincidiram com as obras no castelo e com a pandemia, não foi possível dar sequência a esta iniciativa, este ano irá regressar, esperando que possa ter o sucesso dos últimos anos. Parece-me que é um excelente canal de dinamização da nossa Vila Medieval. -----

- Jornada Mundial Juventude. Situação que nos preocupa porque iremos ter milhares de pessoas durante 15 dias. Desde as pré Jornada até à Jornada, estimamos que, por dia, possam estar em Fátima mais de 200 mil pessoas, o que nos preocupa porque teremos de assegurar as melhores condições para que tudo possa decorrer bem. -----

Como disse na minha intervenção, infelizmente, não temos o apoio do Governo central para qualquer despesa, teremos de ser nós, Município a suportar toda a logística para a Jornada, desde a disponibilização de terrenos, o que já fizemos, no perímetro urbano da Cova da Iria, para estacionamento de autocarros e outros veículos. Estamos a falar de terrenos particulares que teremos de limpar. Temos de ver também a questão dos transportes. Haverá também um local destinado a autocaravanas, como houve em 2017. A questão dos WC também é importante, sendo fundamental que estejam espalhados um pouco por toda a zona urbana de Fátima. estamos a trabalhar tudo isto em conjunto com o Santuário, com a GNR, com a Proteção Civil, para ver se tudo decorre pelo melhor. -----



Mas, deixe-me dizer que tudo o que se tem passado em torno da JMJ. Há mais de um ano que falámos ao Governo da necessidade que tínhamos de ter algum apoio para que pudéssemos receber bem todas as pessoas que nos visitam, porque o que vai estar em causa é a imagem de Ourém, a imagem de Fátima, mas essencialmente a imagem do País. E é por isso que todos nós nos temos de empenhar para ver se tudo decorre pelo melhor. Isto só demonstra que, quase tudo o que são serviços públicos, neste momento geridos pelo Estado central no concelho de Ourém, é um problema grande que temos. É a falência total do Estado central no concelho de Ourém. Posso falar na questão da JMJ, da questão da Saúde com a ausência de médicos de família, com a ausência de planeamento para que as coisas possam decorrer melhor do que tem decorrido. É a questão das Finanças. Tenho reunião agendada com o Diretor das Finanças porque é vergonhoso o que se passa aqui. Uma pessoa que queira fazer um simples pagamento de um imposto aqui em Ourém, não consegue. Recentemente alguém dizia que teve de ir à Batalha fazer um pagamento de um IMT porque aqui não era possível fazer porque dizem que não têm pessoal para o fazer. é a questão do Parque Escolar, onde queremos fazer uma troca de terrenos e continuamos à espera, há meses, para que nos digam alguma coisa. É a questão das casas aqui em frente à AMO e que foi aditada à ordem de trabalhos, andando há 4 anos a pedir para que as casas passem para nome do Município para que as possamos requalificar e devolve-las à população. É a questão do IP, das Estradas de Portugal, temos um protocolo assinado, aprovado pela Assembleia Municipal no sentido de disponibilizarem a verba de 800 mil euros para requalificar a avenida Papa João XXIII. Um dia destes não sei se não teremos de fazer mais alguma coisas além do que temos feito porque estamos a ficar cansados da inércia do Estado no concelho de Ourém. isto tem de ser dito e replicado e, possivelmente, um dia destes terá de ser manifestado publicamente porque não podemos continuar a aceitar que o concelho de Ourém, como sendo o maior concelho do Médio Tejo, como sendo o segundo maior concelho do distrito de Santarém, continua a ser ignorado pelo Estado Central. -----

- Projeto "Bata Branca". Este é mais um esforço grande que estamos a fazer, substituímo-nos a alguém que deveria cuidar, que deveria ter aqui médicos família. É um projeto que já andamos envolvidos e a procurar que fosse implementado há alguns meses junto da ARS.



Inclusivamente, a senhora Vereadora e o Chefe de gabinete estiveram numa Câmara Municipal onde o projeto está implementado, para ver como funcionava e, neste momento, temos condições para que, durante o próximo mês de maio, possamos iniciar aqui no concelho de Ourém. O mesmo consiste: a União das Misericórdias faz um protocolo com a ARS, já está protocolado em outros concelhos, e a ARS paga à União das Misericórdias 27 euros por cada hora que cada profissional de saúde faça no âmbito deste projeto. A Câmara de Ourém porque entende que os 27 euros poderão não ser suficientes para cativar médicos para este projeto, fez um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, pagando mais 15 euros por hora a esses médicos que queiram aderir ao projeto. Porquê Santa Casa das Misericórdias? Porque a União das Misericórdias que fez o protocolo com a ARS entende que deve ser uma entidade local registada na ARS. Estamos a financiar do orçamento municipal mais 15 euros por hora, para esses profissionais de saúde. O protocolo prevê que possam existir até 60 horas semanais feitas por médicos a prestar serviço nas unidades de saúde no concelho. Este protocolo tem uma vantagem, é destinado a médicos que estejam reformados ou a médios que não tenham qualquer ligação ao SNS. A vantagem é que os médicos reformados que tenham mais de 70 anos que, no passado, não podiam trabalhar para o SNS, no âmbito do projeto “Bata Branca” podem fazê-lo. isto é uma vantagem, uma vez que há médicos com mais de 70 anos que têm plenas capacidades para exercer a sua profissão, mas que não o poderiam fazer. com este projeto já poderão fazê-lo. Neste momento, temos 2 médicas que já aderiram ao projeto. Temos 35H ocupadas. Temos mais um médico e uma médica que manifestaram a intenção de aderir ao protocolo para ver se completamos o mais rápido possível as 60 horas estipuladas no protocolo. Com estas 60H, é obvio que nem todos os problemas que temos no concelho irão ficar resolvidos, mas penso que, muitos deles serão atenuados. Penso que 60 horas darão para fazer frente a muitos dos problemas que temos tido ultimamente e que têm culminado com as filas intermináveis, de madrugada, no Centro de Saúde e que a todos aflige e preocupa. -----
- Salas lotadas nas escolas. Esse é um problema que temos hoje, mas é um bom problema. É verdade que, há 2 ou 3 anos, haviam salas disponíveis quase em todas a freguesias. Hoje, as salas que temos estão todas lotadas, seja em Fátima, em Ourém, seja em qualquer ponto do concelho, isso é um bom problema que vamos procurando resolver. -----



Recordo que, no primeiro mandato, intervimos em todas as escolas do concelho, todas foram alvo de melhorias, todas foram alvo de beneficiação, todas foram alvo de requalificação de algumas situações que nos foram reportadas pelos agrupamentos, sendo dessa forma que o Município interveio. Se nos reportarem outras situações, cá estaremos para analisar essa situação. Que conheça, até ao momento, não temos esse reporte e o que vamos tendo, vamos procurando resolver à medida que forem surgindo. -----

- Casas de banho do jardim. A situação está identificada. E, a partir de hoje, as casas de banho irão estar abertas até à hora em que os cafés encerrem, o que não acontecia até ao momento. O funcionário da Câmara passava cerca das 10h da noite e encerrava-as, mas depois até à hora que os cafés encerravam a situação não estava devidamente acautelada. Foi-nos reportada a situação, falou-se com a Divisão de Ambiente que já conversou com os proprietários/arrendatários dos cafés e a situação está acautelada. -----

- Prédios devolutos. É uma questão importante porque uma notícia que foi publicada recentemente pode ter induzido em erro as pessoas menos informadas e que tivessem lido a notícia. A notícia que apareceu era no âmbito do programa que o Governo tem para procurar disponibilizar mais habitação. Hoje, existe um problema grave de habitação em todo o país e Ourém não foge à regra. O que o Governo procurou fazer foi a identificação de apartamentos que estivessem devolutos, mas que estivessem em ação de poderem ser utilizados no imediato, caso não estivessem ocupados. Neste caso, estamos a falar em situações devolutas, mas que todas elas ou quase todas carecem de intervenção imediata. Estamos a falar de imóveis privados, imóveis reconhecidos como estando em ruínas, apresentando perigo para a saúde pública, para quem passa junto a esses imóveis. Em relação ao que o Governo pretende fazer, para ver se consegue encontrar mais habitação nestes mais de mil imóveis que foram identificados, não existe nenhum apartamento, nenhuma situação em que essas habitações estejam disponíveis no imediato para serem colocadas no mercado de arrendamento para serem arrendadas. Estamos a falar de imóveis que estão identificados pelo Município e pelo Serviço de Finanças como estando devolutos, mas que a maior parte deles estão a necessitar de obras de intervenção. -----

Muito obrigado” -----



----- Aberto o segundo período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Na sequência da primeira pergunta, e porque tentamos vir preparados para as reuniões e colocar questões relevantes, tivemos conhecimento que o Município de Ourém não poderá entrar na ULS Médio Tejo que vai ser criada. Como diz o povo, há aqui algo que não bate a bota com a perdigota. Há dois meses atrás foi só um estudo, não nos comprometíamos em nada entrar no plano de negócios de Leiria. Isso pareceu-me sempre muito estranho, ou seja, estava-se a fazer um plano de negócios, as verbas são dadas com base nesse plano de negócios e, a meio disto tudo, os concelhos iam decidindo, hoje apete-me aqui, amanhã apetece-me ali. Das duas uma, ou a falta de informação, ou não a quiseram dar. Temos a perfeita noção que a responsabilidade máxima na questão da Saúde é dos governos centrais, de todos eles, estes anos todos, é inequívoco e nunca nos ouviram dizer o contrário. Agora o ponto é o seguinte, vai ser criada a ULS Médio Tejo. Aparentemente as ULS novas entrarão em funcionamento no dia 1 janeiro do próximo ano. Será uma ULS que terá menos população do que a de Leiria e tem praticamente os mesmos meios humanos, a nível médico, enfermeiros, técnicos, isso o que se sabe para já. A adesão à ULS Médio Tejo, na sua esmagadora maioria são concelhos que já pertencem ao ACES Médio Tejo, onde já estamos, não teria qualquer implicação de acesso às urgências do hospital de Leiria, a nível de CODU, de urgências, nada seria modificado. -----

Há pouco, quando falou do projeto Bata Branca, estamos plenamente favoráveis, quanto mais médicos melhor porque é um problema vigente, mas, no fim disto, desta trapalhada das ULS, tenho quase a certeza absoluta que entre o deve e o haver de médicos que vão sair pela opção feita pela Câmara de Ourém e médicos que vão entrar no projeto Bata Branca, os cidadãos do nosso concelho vão perder muitos médicos de família e muitas horas de atendimento. -----

Isto foi uma decisão sua. E aqui, não é uma decisão do Governo central, é unicamente sua, entrou no projeto. Está no direito de acreditar. Na nossa opinião, com muito pouca informação e com grande precipitação. Esta será para sempre uma marca dos seus executivos. -----

Deixo duas perguntas. -----



Quando reuniu com o futuro Presidente da ULS de Leiria e atual Presidente Conselho Administração Hospital de Leiria, porque não fez o mesmo com o Presidente do Conselho de Administração do Médio Tejo, para saber o que estava previsto. Se o Médio tejo iria aderir. O que poderia fazer. -----

O que pretende fazer, se existe alguma coisa para fazer, já que vai ter uma reunião com o Diretor Executivo, para que seja revertível a situação. Para que seja possível fazer um estudo comparativo, se é melhor para o concelho de Ourém aderir à ULS de Leiria ou do Médio Tejo. Este é um problema grave, mas que vai adensar as filas gigantes as pessoas sem médico de família. Há médicos de família a trabalhar atualmente em Ourém que não querem pertencer à ULS de Leiria. Tenho altíssimas dúvidas que Ourém fique com mais médicos de família do que ficou antes. Volto a repetir, houve aqui, ou falta de informação ou uma gigante precipitação. --- Gostava que respondesse às duas perguntas que lhe fiz” -----

= **TIAGO FERREIRA SIMÕES VIEIRA**, grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Ao ouvir a última intervenção, apenas consigo dizer que o PS, a nível nacional, tem uma aversão a qualquer reforma, e a nível local também. É não reformista. Mudar nunca é a solução. -----

A verdade é só uma, disse isto na última vez que falámos disto. Continuar onde estávamos e como estávamos, de certeza que não era solução. O mecanismo está à vista sempre que se passa em frente ao Centro Saúde de Ourém, de madrugada. -----

O PS, além de ser uma máquina grande de propaganda de poder, agora é também de populismo que se aproveita de uma responsabilidade que é do Governo central para atacar localmente. Estão a tentar obter votos de uma coisa que é responsabilidade de todos, menos os que aqui estamos. Pode-se e devemos fazer todos pressão. -----

Era este o comentário que deixava. Fico também a aguardar os esclarecimentos do senhor Presidente.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Antes de passar a palavra ao senhor Presidente de Câmara, acerca deste tema, gostava de tecer algumas considerações. -----



A primeira, vejo com alguma preocupação o cenário atual que é a Saúde no concelho de Ourém, com acrescida preocupação porque parece-me que ao longo dos anos Ourém tem sido empurrado de um lado para o outro, nesta matéria, e têm sido esvaziadas competências ao nível da Saúde no concelho de Ourém. É unânime a todos os elementos nesta sala que o Serviço Nacional de Saúde presta um mau serviço aos cidadãos do concelho de Ourém. Não há dúvidas quanto a isso. Eu próprio tenho muitas dúvidas na criação destas ULS. Tenho muitas dúvidas que venham a resolver o problema de fundo que são os cuidados médicos saúde primários, mas não só, a população de Ourém também tem problemas a nível das urgências. Deixava aqui uma palavra muito forte aos Bombeiros do concelho de Ourém em que tantas e tantas vezes, andam a circular de hospital em hospital, atendendo às fragilidades que o Sistema Nacional de Saúde lhes promove. São eles que, desculpem a expressão, estão a “tapar buracos” daquilo que são as fragilidades, a transportar doentes de um lado para o outro. A minha grande dúvida, e não faço isto com qualquer tipo de hipocrisia política, faço isto como realidade política, até porque eu, através de outro fórum no Parlamento, tenho tentado denunciar este tipo de situação daquilo que se está a passar no concelho de Ourém, mas fiquei com curiosidade. Há poucas semanas aconteceu em Tomar a Jornada Parlamentar do Partido Socialista e lá, certamente, estiveram dirigentes do Partido Socialista locais, distritais, nacionais e, tenho imensa dificuldade em perceber, como é que os mesmos responsáveis, e não vamos dizer que a cor do Partido localmente é diferente da que está distritalmente e outra diferente a nível nacional. Os responsáveis são os mesmos. E a minha grande curiosidade se o entusiasmo com que a bancada do Partido Socialista traz aqui, em sede de Assembleia Municipal, a invocar à Câmara Municipal e ao Município uma responsabilidade que é do Governo, se o fazem da mesma forma junto dos responsáveis políticos nacionais. Esta é a minha grande questão. Daria ao responsável do Partido Socialista se se quiser pronunciar sobre isto. Dizer o que é senhor vossa excelência tem feito, o que é que os dirigentes locais, e desafia também o Presidente do Partido Socialista local aqui presente, e intercedem conjuntamente junto do Partido Socialista distrital, o que é que verdadeiramente têm feito na defesa dos interesses do vosso concelho, que é o concelho de Ourém.” -----



----- Tomando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista expôs o seguinte: “Senhor Presidente, nós, eu estarei totalmente disponível para responder à sua pergunta, mas para não misturar as questões, talvez o senhor Presidente da Câmara respondesse primeiro às questões e depois falaríamos sobre isso.” -----

----- Face a esta proposta, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse preferir que o senhor Presidente da Câmara Municipal encerrasse este ponto da ordem de trabalhos. -----

----- De imediato, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **VICTOR OLIVEIRA SANTOS**, grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte:

“Agradeço a questão. -----

No Parlamento vi a intervenção a seguir à Jornada Parlamentar, vi a sua interação com o deputado Hugo Costa. Acho que há aqui confusão entre duas coisas. Há a pergunta que o Nuno faz sobre as ULS e há aquilo que são as competências de saúde, naquilo que é a responsabilidade do ACES, da ARS, do Estado central, ou da própria tutela. Sejamos claros. –

Aquilo que é a decisão ou não decisão da ULS é um caminho. Aquilo que é, e é inegável, seja aqui, seja em Mação onde também só há um médico de família ou seja onde for, há dificuldade de colocação de médicos. Não é só esta coisa de identitária de dizermos que as coisas estão bem ou estão mal. Aquilo que temos de tentar resolver e expressar junto, seja dos deputados eleitos, seja naquilo que são os vários encontros do Partido Socialista, é dizer que as coisas também não estão bem aqui. Ninguém vai dizer que as coisas estão bem, estão maravilhosas.

Eu aqui faria uma outra ressalva. A ULS, seja a do Médio Tejo, se a de Leiria, seja o que lhe queiramos chamar, a questão não é dizer que a responsabilidade é de A, B, C, ou dos comentários do senhor Presidente ou do Nuno. Aqui a questão que o Nuno coloca é se o senhor Presidente sabia o que ia acontecer quando aceitou integrar o plano de negócios se isso o vinculava à ULS Leiria ou não. É o que nós achamos que deveria ser esclarecido. Sabermos se quando aderimos ou quando fomos para o plano de negócios de Leiria, sabíamos que estávamos a fazer essa adesão. Isso era importante sabermos. -----



Aqui a questão que todos nós devíamos assumir, é que as coisas que não estão bem, não começaram hoje, nem agora só com a maioria absoluta do PS. Também acho que os problemas não vêm só de agora, vêm de muito mais longe e de decisões que todos nós tomamos coletivamente. -----

Eu, da minha parte, faço o esforço e tenho alertado para aquilo que são os problemas dessaúde no concelho de Ourém.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Começava com uma expressão que o deputado Nuno Baptista utilizou “informação que não quiseram dar”. O senhor deputado está a falar com o Presidente da Câmara de Ourém, não está a falar com membro do Governo, não dar informação a alguém sobre aquilo que vamos ouvindo. A falta de informação tem existido em outros fóruns a nível nacional. Aqui, tudo o que tem sido feito, tem sido dado conhecimento à Assembleia. -----

O senhor deputado na última reunião da Assembleia Municipal disse que eu tinha tido uma reunião com os meus colegas de leiria e eu disse-lhe que nunca tive reunião nenhuma com os meus colegas de Leiria. Como agora também lhe digo que nunca tive nenhuma reunião com o senhor Presidente do Conselho de Administração do centro Hospitalar de leiria sobre este assunto. Nunca tive qualquer reunião com ele. -----

A questão das ULS, que fique claro, a responsabilidade da inclusão do Município de Ourém na ULS de Leiria é do Governo, não é de mais ninguém. A mim, nunca ninguém me perguntou se eu queria aderir à ULS de Leiria. O que me foi perguntado e eu levei a reunião de Câmara, e podem ver o que ficou escrito, o Município de Ourém estava disponível para aceitar integrar o plano de negócios para a eventual adesão do concelho de Ourém à ULS de Leiria. É a única coisa que há feita. Não participei em reunião nenhuma, em lado nenhum, fora daqui. -----

Por isso, pedi agora uma reunião ao senhor Diretor Executivo SNS, ao senhor Secretário da Saúde para tentar perceber porque é que, conforme foi dito há dias, Ourém já estava na ULS de Leiria. Oficialmente, não sei de nada. Apenas sei do plano de negócios que foi feito, onde Ourém está incluído. -----

A questão que o senhor deputado coloca aqui a mim, deveria colocá-la ao Ministério da Saúde. Ao Diretor do SNS. Eles, possivelmente é que terão uma resposta para lhe dar. Não eu. -----



A semana passada, tive com os outros diretores do Médio Tejo uma reunião, por videoconferência, onde foi dado a conhecer a intenção do Governo em avançar com a ULS do Médio Tejo e onde foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Médio Tejo que Ourém, e foi aí que soube, não estava integrado neste novo plano de negócios. -----

Outra questão que o deputado Tiago e o senhor Presidente disseram, e bem, até parece que hoje e que no passado, a Saúde no concelho de Ourém tem funcionado bem. Se estamos mal, para não dizer muito mal, se tivermos de mudar, sorte fica ainda pior do que o que está hoje. Pior que aquilo que está hoje, é zero. É isso que temos de assumir. Não podemos ter medo da mudança. Se virmos que a mudança corre mal, cá estaremos para voltar a reverter outra vez aquilo que está mal. É essa a nossa função. É esse o nosso objetivo. Se as coisas estivessem bem e tivéssemos que mudar, aí sim teríamos de reclamar. Dou exemplo, a Equipa de Saúde Mental do Médio Tejo funciona aqui muito bem, mas muito bem, e essa é uma garantia que temos, de que ela irá continuar a funcionar aqui, nos mesmos moldes, com as mesmas pessoas que funciona hoje. Foi dito pelo Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Médio Tejo, nessa reunião que tivemos. Foi a garantia que lhe foi dada em relação aos serviços que eram aqui feitos, entre esses o da Saúde Mental. -----

Estar a imputar responsabilidades ao Município de Ourém, ao executivo de Ourém de integrar a ULS e, se as coisas decorrerem menos bem, ser o executivo a ser o principal culpado, não.

A constituição das ULS não me pronuncio se é bem ou se é mau. O que tem que se perceber é que o Partido Socialista a nível nacional ganhou com a maioria absoluta e do seu programa eleitoral constava a constituição de ULS. Temos de aceitar isso. não se pode questionar. Eu não questiono isso. O Povo elegeu, votou. Estão a implementar o seu programa eleitoral e temos de aceitar. Se vai funcionar melhor ou pior do que está agora, não lhe sei dizer. Sei dizer que algumas funcionam menos bem, algumas funcionam bem. eu tenho uma opinião muito própria sobre isso, mas não a vou dizer, não é oportuno. -----

Tenho a firme esperança que as coisas possam melhor muito em relação aquilo que temos hoje. Estamos disponíveis para continuar a trabalhar, para dotar as extensões de saúde com mais médicos, com mais condições do aquelas que existem hoje, por isso, falamos aqui hoje no projeto Bata Branca, por isso temos um regulamento de fixação de médicos no concelho,



em consulta pública e vai abrir, muito em breve, concurso para novos médicos, nomeadamente na Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde o concelho de Ourém irá ser classificado com duas ou três vagas como concelho carenciado, o que dará mais condições para que médicos se possam instalar no concelho. Este é um facto positivo, como deve calcular. -----

Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Relativamente a esta matéria, estamos todos a perceber que isto tem uma situação ainda mais grave do que pensávamos. Estas unidades locais de saúde que estão consagradas num objetivo, estão a ser constituídas sem o conhecimento e consentimento prévio dos próprios municípios que as vão integrar. O que é grave porque não dão ao Município a oportunidade de se pronunciar sobre aquela ULS à qual quer pertencer, o que me parece de alguma gravidade. Aquilo que se percebe é que a ULS de Leiria que está a ser constituída, independentemente da vontade que haja de a constituir com uma boa capacidade de trabalho, a dimensão que ela terá, a mim pessoalmente, deixa-me muitas e muitas preocupações, ao ponto de pensar que para pior, já basta assim.” -----

----- De seguida, solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhor Presidente gostaria de fazer um pedido de esclarecimento que também acho relevante para o senhor Presidente da Câmara Municipal, para que fique definitivamente esclarecido. -----

Senhor Presidente, uma pergunta simples e baseado naquilo que disse e para que fique esclarecido e conste em ata. O senhor Presidente assegura que nunca teve nenhuma reunião com o Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Leiria e futuro Presidente da ULS Leiria. Eu tenho informações contrárias, inclusive, que o senhor Presidente da Câmara Municipal participou numa reunião com o Diretor do Hospital de Leiria, na qual estavam funcionários que trabalham nas unidades locais do concelho de Ourém, algumas das quais estavam incompatibilizadas com esse senhor e sentiram-se muito constrangidos a participar nessa reunião. De facto, essas reuniões existiram.” -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Disse que nunca tive nenhuma reunião com o senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Leiria, sozinho com ele, a pedido dele. O que disse foi, volto a repetir. Tivemos uma reunião na Câmara Municipal de Ourém, a nosso pedido, liguei ao Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Leiria, onde participou também a Dr.^a Diana Leiria e onde participaram profissionais de saúde do nosso concelho. Uma reunião que foi agendada pela Câmara Municipal de Ourém para tentar esclarecer algumas situações que poderiam estar menos claras depois de ter saído a notícia de que Ourém poderia eventualmente integrara ULS de Leiria. Foi a Câmara Municipal de Ourém que promoveu essa reunião onde estive o Presidente. Se ele está incompatibilizado com outras pessoas, não tenho nada a ver com isso, não sei, não tenho de saber. Posso estar incompatibilizado com alguém, mas aqui presto os esclarecimentos que acho e posso prestar, perante alguma questão que me seja feita. Em termos pessoais, acho que não podemos misturar as situações. Muito obrigado” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Para encerrar este ponto. Parece-me que quarta feira, havendo reunião da Assembleia Intermunicipal Médio Tejo, esta questão poderá e deverá ser levantada pelos deputados que integram esta comissão. Uma sugestão que deixo. Eu não poderei estar presente, mas quem estiver poderá fazê-lo.” -----

----- Antes de se passar à análise e discussão do ponto 02.04 da ordem de trabalhos, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL abriu um ponto prévio, dando a palavra ao membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA que, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, havia pedido a palavra, expondo o seguinte: “Se nos cingirmos à Lei n.º 73/2013, 03 de setembro, no seu art.º 76.º, n.º 3, diz o seguinte: “*Os documentos de prestação de contas das entidades referidas no n.º 1, que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção do regime completo de contabilidade, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das*



contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo seguinte.” -----

Ou seja, estes documentos foram colocados na plataforma às 13.55H de hoje, muito fora de um prazo normal, de um prazo 2 dias para apresentação dos documentos. De facto, constava dos documentos um draft da certificação das contas. Só que um draft é um rascunho. De facto, o Revisor Oficial de Contas não é obrigado a apresentar estes documentos ao executivo, mas achou por bem fazê-lo, mas ao órgão deliberativo ele é obrigado a fazê-lo. -----

Conheço muito bem o ROC que está a prestar serviço ao Município de Ourém, pessoa competente, acho que a Câmara Municipal de Ourém está muito em servida com este Revisor. Agora, neste caso, estão em falta documentos essenciais, inclusive para a discussão das contas. -----

Nós, o grupo municipal do Partido Socialista vamos assistir à apresentação do Dr. Fernando Marques, não vamos discutir, nem votar. E queremos que conste em ata que estes documentos obrigatórios por Lei foram apresentados às 13.55H, quando a Assembleia Municipal começava às 14H. -----

Isto é um documento que vai para o Tribunal de Contas, não é propriamente uma reunião de associação de estudantes. Há normativos legais que temos de cumprir, isso está na lei porque alguém achou que era assim. -----

Já me foi dada uma explicação, eu não concordo com ela. Que conste em ata este facto, vamos assistir e não vamos votar.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL referiu o seguinte: “A mesa pretende dar um esclarecimento sobre esta matéria. -----

Esta questão foi colocada previamente antes do início dos trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Este ponto foi colocado pela bancada do Partido Socialista, foi questionado sobre o atraso no envio dos documentos. -----

Quero salientar que os documentos assim que deram entrada nos serviços da AMO foram direccionados aos grupos municipais e aos membros deste órgão. Não houve aqui contenção documental. -----



Segunda nota que me parece seja importante dar-vos. Estes relatórios que devem ser dados pelo revisor oficial de contas são relatórios e pareceres que devem ser feitos diretamente à Assembleia Municipal e não ao órgão executivo. O órgão executivo não carece destes documentos para aprovação das Contas, apenas têm importância no órgão deliberativo. -----

Nessa reunião prévia foi chamado a pronunciar-se, para nos prestar conhecimentos mais habilitados, o Dr. Fernando Marques. E o entendimento do Dr. Fernando Marques foi que aquilo que são os instrumentos necessários para esta Assembleia ter noção e capacitação foram transmitidos atempadamente. O documento que acaba de ser dito pelo deputado Nuno Baptista que foi entregue em versão final pelo ROC à Assembleia Municipal numa versão draft é exatamente igual, sem ter qualquer alteração da versão draft, o que significa que o documento já havia sido do conhecimento prévio de todos os senhores deputados municipais. Admito que haja aqui uma versão, é um draft não é a versão final. Os senhores deputados são livres de fazerem aquilo que entenderem. -----

Agora, também me parece e é entendimento da mesa que este documento foi entregue, estão habilitados a tomar as vossas decisões. Se houvesse uma alteração entre o draft e o documento final entregue pelo revisor oficial de contas, aí poderíamos dizer que nos estávamos a debruçar sobre um documento que não tivemos tempo de apreciar. Mas, sendo o mesmo, sem alteração nenhuma, parece-me que estão cumpridos os requisitos legais. Mas, há instâncias superiores a nós que poderão pronunciar-se sobre isso.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Estamos aqui a criar um facto e penso que desviar as atenções daquilo que temos aqui para resolver. Se os documentos de Prestação de Contas e o Relatório de Gestão foram entregues atempadamente, não estou a ver qual é o problema de podermos aqui discuti-los. -----

Aquilo que aqui traz é uma interpretação do ROC que é a primeira vez que está a prestar serviços, tendo começado este ano. O ROC anterior entregava logo tudo juntamente com o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas. Este novo ROC entende que não. Só depois de estar aprovado na Câmara Municipal é que emite o relatório final. É uma questão de metodologia por parte do revisor oficial de contas que, segundo ele, cumpre a Lei. -----



Por isso, não me parece que haja qualquer razão para que se esteja a fazer aqui este número.

Parece-me que ninguém sai bem da fotografia. -----

Muito obrigado” -----

----- De seguida, passou-se à análise e discussão do ponto 02.04 da ordem de trabalhos.

02.04 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO REFERENTES AO ANO ECONÓMICO DE 2022. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35838**, datado de **2023.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação dos documentos citados em epígrafe, nos termos da alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada) e bem assim da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal. -----

----- Foi ainda remetido um exemplar dos documentos acima referenciados, que foi reencaminhado a todos os seus membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 32.537/2023, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, a remeter a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão do Município, referentes ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022. -----

---- O **Senhor Presidente** solicitou a presença na sala do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, para apresentação do relatório e prestação de contas inerentes ao ano de 2022.

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- De seguida, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira apresentou uma breve exposição no âmbito da matéria em análise (documentação anexa ao processo) -----

----- Finda a apresentação, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----



= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal CDS/PP, expôs o seguinte: “Gostaria de parabenizar o executivo PPD/PSD / CDS-PP pelos resultados apresentados relativamente ao exercício 2022, ressaltando o alinhamento contínuo dos investimentos um pouco por todo o concelho, sempre no interesse da melhoria da qualidade vida dos habitantes deste concelho, à imagem do compromisso assumido, aquando do ato eleitoral 2021. -----

A bancada do CDS-PP vota favoravelmente a prestação de contas aqui apresentada. -----

Tenho dito -----

Obrigado” -----

= **JORGE PEREIRA DA SILVA**, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “O Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município, referente ao ano económico de 2022, confirma bem a estratégia delineada por este executivo desde o início do seu mandato, assente por um lado numa gestão de rigor e preocupação por contas certas, isto é, um Município financeiramente equilibrado e robusto e, ao mesmo tempo, mantém o compromisso com os Ourenenses, no desenvolvimento económico e Social sustentado do seu território. -----

Independentemente, da conjuntura económica menos favorável, provocado pelos efeitos colaterais resultantes do conflito da guerra, tendo-se observado uma pressão inflacionista significativa de 9,3% em 2022, a que acresceu um choque energético, este executivo Municipal através da implementação das suas políticas, foi capaz de mitigar os obstáculos que se opunham ao seu desenvolvimento económico e social. -----

Precisamente, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022 reflete bem as consequências da pressão inflacionista, nomeadamente, no aumento de despesas e, com especial incidência na área da energia. -----

Assim, importa referir os aspetos mais relevantes da execução orçamental do exercício de 2022, os quais destacamos: -----

- O total das receitas liquidadas verifica um aumento na ordem dos 4,5% para 60,5 milhões de euros, o que significa em termos absolutos um aumento na ordem dos 2,6 milhões de euros.

Excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento, de passivos financeiros e do saldo da gerência anterior, face a 2021, verificou-se um aumento das receitas



liquidadas na ordem de 1,1% que, em termos absolutos, representou um aumento na ordem dos 467,4 mil euros. -----

- Relativamente ao grau de execução da receita na ótica das cobranças líquidas situou-se em 98%, percentagem que mais uma vez reflete a superação da meta dos 85% consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais (seria de 111,4%, se aferido o grau e execução, na ótica das liquidações); -----

- No que diz respeito à evolução do total das Despesas Totais, estas ascenderam a cerca de 41,2 milhões de euros, significando um aumento de 6%. -----

Para o aumento da despesa total, muito contribuiu a rubrica da Aquisição de Serviços, nomeadamente, nos encargos de instalações (+524,3 mil euros), nos transportes (+77 mil euros), na publicidade (+72,9 mil euros), na iluminação pública (+1,7 milhões de euros) e nos acordos de prolongamento de horários (+116,8 mil euros). -----

Em termos globais, as despesas com a aquisição de serviços representam um valor na ordem dos 9,6 milhões de euros, tendo registado uma variação absoluta positiva ligeiramente superior a 3,3 milhões de euros. -----

Realce também para a rubrica das Despesas com Pessoal que apresentam um aumento em 6% que, em termos absolutos, significou um acréscimo próximo de 575 mil euros, que decorre do descongelamento de carreiras e da delegação de competências. -----

- Relativo ao grau de execução orçamental da Despesa, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, foi de 76% o que vem demonstrando desde o início deste mandato uma melhoria continua na sua evolução. -----

A este propósito o Partido Socialista vem criticando repetidamente este executivo pela “incapacidade, ano após ano, em cumprir com o orçamento do lado da despesa”. -----

Mais uma vez convém esclarecer o Partido Socialista, que a média dos últimos 20 anos, em que se inclui a governação do Partido Socialista na Câmara, foi de 72,6%, portanto abaixo do agora alcançado, o que corrobora com as dificuldades que o setor publico impõe na contratação pública, nomeadamente, a burocracia e nos tramites legais, que atrasam de forma gritante o início e conclusão dos investimentos. -----



Acresce também que nos últimos 2 anos vivemos tempos de exceção, primeiro com a Pandemia e depois com a Guerra, o que tem provocado atrasos na entrega de materiais, ampliando os prazos de execução das empreitadas. A falta de Mão de Obra que o País tão bem conhece, contribui muitas vezes para a falta de celeridade em todos estes processos. -----

Podemos ainda aferir que o saldo entre as Receitas correntes e as Despesas correntes, resulta um saldo corrente positivo de 9,4 milhões de euros, ou seja, uma poupança corrente. -----

Este saldo corrente permite ao Município financiar um nível de despesas de investimento com recurso à poupança corrente, o que traduz claramente uma gestão rigorosa e eficiente das finanças do Município, e pena é que o orçamento do País não consiga traduzir algo parecido com esta prática. -----

Ao nível do resultado orçamental este cifra-se num Superavit de 19,2 milhões de euros. -----

- Quanto ao Investimento Total (direto e indireto) foi atingido os 13,6 milhões de euros, representando um valor similar ao realizado no ano de 2021. Realce para o investimento direto municipal que ascendeu a 12,5 milhões de euros. -----

Quanto à evolução das Despesas Realizadas nas Grandes Opções do Plano, tiveram um aumento em 9,1%, face ao valor ocorrido em 2021, tendo atingido um valor total ligeiramente superior a 24,8 milhões de euros. -----

Em termos de concretização da despesa por objetivos mais relevantes temos o seguinte: -----

Objetivo – Educação -----

No decurso de 2022, estas despesas realizadas totalizam cerca de 3,4 milhões de euros, verificando-se uma variação negativa em 1,4%. -----

Os projetos realizados mais significativos para além dos apoios e ações que nesta área são realizados de forma corrente, e para não ser fastidioso, destacamos a ampliação do Centro Escolar de Atouguia, a reparação e requalificação da EB2,3 de Caxarias ou o apoio à Natalidade e Infância. -----

Objetivo - Cultura, Desporto e Tempos Livres -----

O total das despesas inerentes a este objetivo ascendeu a um valor ligeiramente superior a 2,3 milhões de euros. -----



Em termos absolutos o aumento representa uma variação positiva na ordem dos 590,1 mil euros. -----

Este objetivo evidencia um acréscimo em 34,4%, face ao valor verificado no ano transato, verificando-se um aumento no programa “Cultura” (+457,3 mil euros) e no programa “Desporto e Lazer” (+143 mil euros). -----

Quanto aos projetos realizados mais significativos, destacamos o Programa Cultural do Município, a Programação do Teatro Municipal de Ourém e aos mais diversos apoios ao investimento concedidos as associações de desporto e lazer. -----

Objetivo - Acção Social -----

As despesas neste objetivo ascenderam a cerca de 292,6 mil euros, registando-se uma quebra de 12,2 % as quais se destinam ao apoio corrente atribuído às IPSS, ao investimento das mesmas e a situações de emergências social (alimentação). -----

Objetivo – Saúde -----

As despesas deste objetivo ascenderam a um valor próximo de 292 mil euros. -----

Assim, este objetivo apresenta um acréscimo em 161% que em termos absolutos representou uma variação positiva na ordem dos 180,2 mil euros. Assumem particular relevância os seguintes investimentos: -----

- Centro de Saúde em Caxarias; -----
- Reabilitação da Unidade de Cuidados de Saúde de Rio de Couros; -----
- Projeto da Ampliação do Centro de Saúde de Ourém; -----
- Projeto de Requalificação do Centro de Saúde de Fátima. -----

Objetivo - Habitação e Urbanismo -----

O volume total das despesas verificadas neste objetivo denota um aumento, o qual se pautou numa variação positiva em 34,2% (+ 180,2 mil euros), atingindo, este objetivo, um valor ligeiramente superior a 8,2 milhões de euros. Neste contexto, reporta-se o aumento verificado no programa “Planeamento Urbanístico” (+39,9 mil euros), “Iluminação” (+1,8 milhões de euros) e “Urbanização” (+246,3 mil euros). -----

Objetivo - Saneamento e Salubridade -----



Este objetivo sofreu uma diminuição em 59,7%, assinalando um valor de despesas realizadas na ordem de 645,3 mil euros. Temos de referir que a área do saneamento e dos resíduos urbanos, em 2020, transitou para a empresa intermunicipal Tejo Ambiente. -----

Objetivo - Proteção Civil -----

As despesas atingidas neste objetivo sofreram uma variação negativa em 5,8%, apresentando um valor total realizado de 589,7 mil euros. -----

Destaca-se, naturalmente, o apoio financeiro às corporações de Bombeiro do Município. -----

Objetivo - Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público -----

Este objetivo, apresenta um total de despesas realizadas na ordem dos 3,3 milhões de euros, o que significa uma variação negativa 12,6%. -----

Os projetos realizados nesta área são diversificados, destacando-se por exemplo a aquisição de terrenos e empreitada de construção da Área de Localização Empresarial em Freixianda ou o apoio ao tecido empresarial na mitigação do impacto da COVID-19. -----

Objetivo - Comunicações e Transportes -----

O ano de 2022 apresentou um acréscimo das despesas afetas a este objetivo em 27,4%. Em termos totais, estas despesas situaram-se num valor próximo de 3 milhões de euros (variação absoluta positiva em 640,5 mil euros face a 2021). -----

Destacam-se, naturalmente, projetos realizados na requalificação da rede viária em várias Freguesias do Concelho e na Comparticipação à entidade Tejo Ambiente em empreitadas de trabalhos de pavimentação. -----

Objetivo - Defesa do Ambiente -----

O valor total de despesas realizadas no presente objetivo ascendeu a um valor próximo de 546,2 mil euros. -----

As despesas realizadas e inseridas neste objetivo denotam uma quebra em 11%, para o qual contribuiu um decréscimo verificado no programa “Parques e Jardins” (-75,6 mil euros) em detrimento de um aumento no programa “Proteção Ambiental” (+8 mil euros). -----

Objetivo – Freguesias -----

As despesas totais realizadas neste objetivo ascenderam a um montante na ordem de 1,5 milhões de euros. -----



Este objetivo representa um aumento de 1,2% face ao ano anterior, onde já tinha aumentado 4,6% em 2021. Destaca-se a delegação de competências, resultante do contrato estabelecido com as Freguesias no âmbito da rede viária municipal e os apoios ao investimento concedidos, essencialmente no âmbito de casas mortuárias e cemitérios. -----

Este nível de investimento nas Freguesias mantém o compromisso do executivo em continuar a apostar na descentralização, baseado na premissa, que com o mesmo dinheiro os municípios conseguem fazer muito mais que o estado central, e que o mesmo se aplica com as freguesias relativamente aos municípios. -----

Objetivo - Instalações e Serviços Municipais -----

Finalmente, estas despesas totalizaram um valor na ordem dos 706,9 ----- mil euros o que significa um aumento 87,4 mil euros relativamente ao ano anterior. -----

Destacam-se os projetos na aquisição de equipamento básico, administrativo, informático, na beneficiação de edifícios municipais e na promoção e imagem do Município. -----

Parece-nos importante ainda realçar alguns indicadores importantes e bem reveladores da gestão financeira exemplar, rigorosa, politicamente responsável e coerente com a estratégia do executivo Municipal que, superiormente, nos lidera, tais como: -----

- O serviço da dívida relativamente às receitas e despesas totais, reduziu-se em 19,13% e 20,25%, respetivamente; -----

- O volume de pagamentos em atraso é inexistente, e um exemplo a seguir, certamente, para outros municípios e para o estado central, e que sem pagamentos em atraso, o Município de Ourém transmite confiança e segurança aos seus fornecedores e parceiros, permitindo, naturalmente, usufruir de preços mais competitivos e reduzir as suas despesas na contratação de bens e serviços. -----

- A dívida total a terceiros a 31/12/22 situou-se na ordem dos 8,3 milhões de euros quando expurgado das operações a terceiros. A dívida a terceiros está fixada em 7,4 milhões de euros muito abaixo do limite possível; -----

- Como se pode verificar, o Município de Ourém cumpre o limite da dívida total definido, dispondo de uma margem de 37,9 milhões de euros. -----



Esta margem na capacidade de endividamento que hoje o Município goza, advém do rigor e estratégia que este executivo traçou e cumpre desde o seu primeiro mandato, o que nos deve orgulhar a todos. -----

Este facto por si só, devia ser suficiente para o Partido Socialista não ousar pensar, quanto mais tecer a seguinte afirmação, e passo a citar “As contas refletem aquilo que o executivo PSD/CDS preparou desde a primeira hora que entrou em funções: gerir investimentos para mostrar no “ano da verdade”, ou seja, no ano das eleições. -----

Se fosse essa a estratégia adotada por este executivo Municipal, ou seja, uma estratégia proveitosa em termos político-partidários para o PSD/CDS, uma estratégia populista, irresponsável, demagógica, talvez como outros o fizeram no passado e que infelizmente é utilizada muitas vezes na política nacional, certamente, já teria utilizado esta capacidade de endividamento legítima do Município, de forma a alavancar o investimento e apresentar ainda um maior volume de obra feita. -----

A estratégia que o Município tem adotado é sim uma estratégia pautada pela prudência e equilíbrio, não colocando em risco a sua saúde financeira futura, ainda para mais num cenário de crescimento de taxas de juro elevadas e com o peso do serviço da dívida, certamente, a assumir maior relevância, que poderia comprometer a capacidade de desenvolvimento futuro do Concelho. -----

- O nível das disponibilidades imediatas existentes atinge os 13 milhões de euros, valor que permitiria saldar a totalidade da dívida existente, ou seja, a dívida total situar-se-ia em zero, cifrando-se ainda um saldo de disponibilidade positivo de cerca de 5,5 milhões de euros. -----

A este respeito o Partido Socialista de forma repetida, também critica este saldo, quando diz e passo a citar “O conceito equilibrado para as contas de um município é quando recolhemos fundos dos munícipes, ou doutras entidades publicas, e os aplicamos inteiramente em bens e serviços para satisfazer as necessidades dos munícipes e não para criar contas bancárias que fazem corar qualquer milionário”. -----

Temos de esclarecer o Partido Socialista mais uma vez, que o grau de execução do orçamento da Despesa na ótica dos compromissos, é de 92%, ou seja, embora a despesa possa não estar realizada na sua totalidade, ela está comprometida com projetos e investimentos associados,



pelo que o saldo que daí possa advir para a conta bancária, é apenas temporário, está cativo e tem projetos associados, em prol do investimento e desenvolvimento do Concelho, ao contrário do que o Partido Socialista quer fazer crer. -----

- Consta-se uma melhoria em todos os indicadores de rendibilidade, resultante de um resultado líquido positivo em 815,8 mil euros, quando comparado com os 95,1 mil euros do ano de 2021. -----

Em conclusão, e aproveitando as palavras do Partido Socialista sobre o Relatório de Gestão do Município agora em discussão, também é justo dizê-lo, e passo a citar: -----

- “O Balanço e Demonstração de Resultados indica que as contas do Município respiram boa saúde económico-financeira”. -----

- “O endividamento e o passivo corrente do Município continuam numa fase descendente iniciado há largos anos atrás” -----

- “A estrutura do Balanço e a capacidade de atração de receitas permitem-nos ficar tranquilos num curto e médio prazo” -----

Não podendo estar mais de acordo com este sentimento de tranquilidade partilhado pelo Partido Socialista, é também por estas razões que é intenção da bancada do PSD votar favoravelmente o Relatório de Gestão do Município e Prestação de Contas referentes ao ano económico de 2022.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, CONSTITUÍDO POR 28 VOTANTES, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 01 ABSTENÇÃO GRUPO MUNICIPAL MOVE; 27 VOTOS A FAVOR – 23 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DA CIDADE DE OURÉM -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23120**, datado de **2023.03.13**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos dos números 1 e 6, do artigo 13.º do regime Jurídico da Reabilitação Urbana, a apreciação e votação da proposta citada em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 18.779/2023, do **Chefe do Serviço de Planeamento do Território**, a anexar proposta referente à segunda alteração (sendo que a primeira ocorreu em 2016), da delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cidade de Ourém, devidamente instruída conforme o disposto no n.º 2, do artigo 13.º, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, designadamente memória descritiva e justificativa e planta de delimitação da área abrangida.

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Esteve presente, o Chefe do Serviço de Planeamento do Território, André Oliveira, a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise (ver processo arquivado na respetiva pasta). -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou os representantes dos grupos municipais se viam algum inconveniente em passar de imediato à apreciação do ponto 02.24 – Tomada de conhecimento – relatório e Contas tejo Ambiente –



Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., dada a extensão da ordem de trabalhos agendada e a presença de elementos desta empresa que acederam ao convite deste órgão deliberativo, para estarem presentes.

----- Face ao exposto, foi entendimento unânime passar de imediato à análise do ponto em questão. -----

02.24 – TOMADA CONHECIMENTO – RELATÓRIO E CONTAS TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35522**, datado de **2023.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, dando conhecimento a este órgão deliberativo, da matéria em epígrafe, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a carta registada sob o n.º 33.231/2023, da Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A., com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, a remeter o seu Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2022. --

---- O processo encontra-se instruído com a informação, datada de 13 do mês em curso, do Setor de Contabilidade, que se passa a transcrever: “Dando cumprimento ao estabelecido no art.º 42.º da Lei 50/2012 de 31/08, a entidade Tejo Ambiente EIM, remete as demonstrações financeiras relativas ao ano económico 2022 (embora ainda numa versão incompleta, conforme email da entidade). -----

---- Verifica-se um resultado positivo de 61.994,34 €, pelo que no ano em análise não há lugar ao reequilíbrio financeiro, conforme indicado no art.º 40º da Lei 50/2012 de 31/08. -----

---- Mais se informa que nos termos do estabelecido na norma 23 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o investimento da Tejo Ambiente foi ajustado na quota-parte do Município de Ourém. -----



---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Compareceu o Diretor Geral Tejo Ambiente, Eng.º José Santos, tendo apresentado uma breve resenha no âmbito da matéria, citada em epígrafe. -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado algumas intervenções por parte dos membros da Assembleia Municipal que foram prontamente esclarecidos pelo senhor Diretor Geral Tejo Ambiente e pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- **A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO** -----

02.06 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P027/2023 – MANUTENÇÃO DO RELVADO DO ESTÁDIO PAPA FRANCISCO – FÁTIMA, DURANTE 3 ANOS

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23444**, datado de **2023.03.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 97.152/2022, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do mencionado em título, instruídos com uma informação, datada de 14 do mês findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, fixando-se o preço base em 216.000,00 euros, acrescido de IVA, pelo



prazo de execução de 3 anos e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimentos anteriores idênticos. Mais refere, que devido à especificidade do serviço em causa, não é possível efetuar a adjudicação por lotes.

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – REVOGAÇÃO DO PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23443**, datado de **2023.03.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para revogar o protocolo celebrado a 10 de maio de 2018, com a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A 10 de maio de 2018, a Câmara celebrou protocolo com a **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, com o objetivo de ceder àquela freguesia, uma viatura pesada de passageiros (miniautocarro), com lotação de vinte e oito lugares, marca Caetano, modelo Optimo 2K, de matrícula 37-56-RT, para atender a diversas necessidades da população da referida freguesia, válido pelo período de um ano, renovável. -----

---- Nesta reunião foram apresentados os seguintes documentos: -----



- Carta registada sob o n.º 73.904/2022, da **Freguesia de Nossa Senhora da Piedade**, sediada na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 1.º andar, nesta cidade, a dar conta de que a viatura em causa se encontra avariada e de que os valores de reparação são insuportáveis pela referida freguesia, solicitando a revogação do referido protocolo; -----
- Informação, datada de 19 de fevereiro findo, do **Chefe da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos**, a deixar à consideração superior a decisão a tomar e a dar conta de que a reparação em causa terá o custo de aproximadamente 8.000,00€
- Informação, datada de 27 também do mês findo, do **Setor de Património**, a referir designadamente o seguinte: “(...) Analisada a avaria e os orçamentos de reparação/substituição, concluiu-se que deverá proceder-se ao abate da viatura, pelo que, primeiramente é necessário a revogação do referido protocolo. -----

---- Face ao exposto remeto à consideração superior a revogação do protocolo de cedência de um “miniautocarro” com a matrícula 37-56-RT, assinado a 10/05/2018 com a Junta de Freguesia de N^a Sr^a da Piedade, sendo necessário a pronúncia da Assembleia Municipal.”. -

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL – PEDIDO DE ADIANTAMENTO DE VERBA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 30654**, datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para efetuar a transferência antecipada da verba de 26.000,00 euros (vinte e seis mil euros) para a União das Freguesias de Gondemaria e Olival. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 12.602/2023, a **União das Freguesias de Gondemaria e Olival**, com sede na Rua da Fonte, n.º 13, em Olival, deste Concelho, solicitou o pagamento antecipado do montante de 26.000,00€, correspondente à 2.ª tranche, prevista para junho do ano em curso, conforme protocolo celebrado a 12 de maio de 2022. -----

---- Ouvido sobre o pedido, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 06 de março em curso, a dar conta de que se encontram reunidos os requisitos para atender ao solicitado, carecendo de autorização do órgão deliberativo. ----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FUNDAÇÃO DE SERRALVES – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 30653**, datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos compromissos plurianuais, decorrentes do procedimento citado em epígrafe



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de protocolo registada sob o n.º 95.305-A/2022, a celebrar com a **Fundação de Serralves**, com sede na Rua de Serralves, n.ºs 977 e 999, na cidade do Porto, que visa atribuir, a esta Câmara Municipal, o estatuto de Fundador da Fundação de Serralves, mediante a atribuição do donativo de 100.000,00€ (cem mil euros), associado à adesão como fundador. As iniciativas a realizar no âmbito do presente protocolo, serão objeto de um acordo autónomo. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 03 do corrente mês, a referir que a despesa (repartida por quatro anos – 2023, 2024, 2025 e 2026 – do montante de 25.000,00€/ano), dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, em nome do grupo municipal Partido Social Democrata, expôs o seguinte: “Fazer parte do Conselho de Fundadores, da Fundação Serralves, é uma consequência lógica e de continuação da afirmação de Ourém enquanto território de cultura, com relevância municipal e regional. -----

A Arte Contemporânea permite aproximar um território das metrópoles, das possibilidades que nelas se geram, através de uma ligação a espaços e lugares com memória e uma identidade inalienável. -----

Esta ligação a uma instituição de prestígio nacional e qualidade inequívocas, contribuirá também, para posicionar Ourém na área do Turismo Cultural, criando uma oferta complementar à oferecida pelo Turismo Religioso, Patrimonial e Natural. -----

Tornará também o município mais atrativo a investidores, à fixação e retenção de talento, à comunicação de marketing territorial. -----



Demonstra que Ourém se orgulha do seu passado, mas mantém os olhos no futuro, igualando na medida do possível as oportunidades de acesso ao que de melhor se produz em Portugal, seja na Arte, Cultura, Educação ou oportunidades sociais e económicas.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.10 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROGRAMA “CAMINHOS D’OURÉM” 2023 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 30664**, datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente (de acordo com o número de participantes) a Freguesia de Seiça e a União das Freguesias de Gondemaria e Olival. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 86.064/2022, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a propor a realização de mais uma edição da iniciativa denominada “Caminhos d’Ourém”, que visa incentivar, motivar e apoiar a comunidade local, através dos diversos parceiros, para a prática da atividade física. O evento, de cariz lúdico e sem vertente competitiva, realizar-se-á nos meses de março a outubro do corrente ano, nos moldes e condições que especifica, com custos estimados em 6.500,00€. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 14 de março corrente, a referir que a despesa emergente da concretização do programa em assunto, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos



termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PLANO MUNICIPAL PARA IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 30662**, datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea h), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 19 de dezembro de 2022, a Câmara deliberou aprovar o Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação, então apresentado pelo Chefe do Serviço de Ação Social e Saúde. -----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, acompanhado da informação registada sob o n.º 23.842/2023, do **Chefe do Serviço de Ação Social e Saúde**, a remeter para aprovação, em resultado do trabalho conjunto com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) e a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), nova proposta de Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES, FUNDAÇÃO DR. AGOSTINHO ALBANO DE ALMEIDA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 23445**, datado de **2023.03.14**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, do pagamento do valor de 980,75 euros, relativo à cedência de uma das naves do Centro Municipal de Exposições, bem como as mesas e cadeiras, para realização do seu 4.º Festival das Sopas. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 17.705/2023, a **Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida**, com sede no Largo Vitorino de Carvalho, n.º 4, nesta cidade, solicitou a cedência de uma das naves do Centro Municipal de Exposições e bem assim mesas e cadeiras, para a realização do seu 4.º Festival de Sopas, no dia 07 de maio próximo futuro. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 01 de março em curso, a dar conta de que o espaço se encontra disponível e de que o montante associado à sua utilização é de 980,75€. -----

---- (Aprovado em minuta)-----



----- Foi ainda remetida, pela Câmara Municipal, através do ofício n.º 35538, datado de 2023.04.20, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, a qual se passa a reproduzir: ""----- Na reunião de 06 de março findo, na presença da carta registada sob o n.º 17.705/2023, da Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, a solicitar a cedência do espaço acima referido, para os dias 06 e 07 de maio próximo, com utilização de mesas e cadeiras, para a realização do seu 4.º Festival de Sopas e face à informação então prestada pela Chefe do Serviço de Atividades Municipais, a dar conta de que a cedência tem um custo associado de 980,75€, a Câmara deliberou submeter a apreciação da **Assembleia Municipal**, a isenção daquele montante, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, por se tratar de Instituição Particular de Solidariedade Social. -----

---- Nesta reunião foi apreciada a carta registada sob o n.º 29.173/2023, da **Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida**, com sede no Largo Vitorino de Carvalho, n.º 4, nesta cidade, a solicitar, pelos motivos que menciona, a alteração daquelas datas para os dias 20 e 21 também de maio próximo. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 03 de abril em curso, a dar conta de que o espaço se encontra disponível e de que os custos são de idêntico valor.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE SANTA TERESA ---

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31715** datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Associação de Pais e Encarregados de Educação do centro Escolar de Santa Teresa, do pagamento do valor de 934,13 euros, relativo à cedência do Centro Municipal de Exposições, bem como mesas e cadeiras, para realização do evento “Encontro Gastronómico de Sopas”, ocorrido no dia 26 fevereiro 2023. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 3489/2023, a **Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar de Santa Teresa**, solicitou a cedência gratuita do Centro Municipal de Exposições, com utilização de mesas e cadeiras, para o evento “Encontro Gastronómico de Sopas”, que ocorreu no dia 26 de fevereiro transato. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 20 de março findo, a referir que a pretensão tem um custo associado de 934,13€. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES, ARABESQUE – ACADEMIA DE DANÇA, CRL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31708** datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a ARABESQUE – Academia de Dança, CRL, do pagamento do valor de 4.366,20 euros, relativo à cedência do Centro Municipal de Exposições, de 01 a 04 de abril corrente, no âmbito da realização do concurso Internacional de Dança “Adaggio”. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da informação registada sob o n.º 25.013/2023, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** deu conta de que a **Arabesque – Academia de Dança, CRL**, com sede na Rua Alexandre Herculano, n.º 15, nesta cidade, solicitou a cedência do Centro Municipal de Exposições, para o período de 01 a 04 de abril em curso, no âmbito da realização do concurso Internacional de Dança “Adaggio”, sendo que o valor associado à referida utilização perfaz o total de 4.366,20€, deixando à consideração superior a isenção do seu pagamento. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --



02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESTÁDIO PAPA FRANCISCO, CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31721** datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar o Centro Desportivo de Fátima, do pagamento das taxas no valor de 1.011,00 euros, referentes à cedência do Estádio Papa Francisco, para realização do evento “Futebol com Ética”, a realizar nos dias 03 e 04 de junho 2023. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- No âmbito do evento “Futebol com ética”, que se irá realizar nos dias 03 e 04 de junho de 2023, em Fátima, cuja organização e promoção está a cargo do **Centro Desportivo de Fátima**, sediado na Rua Padre António Martins Pereira, n.º 25, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, foi apreciado o relatório de reunião registado sob o n.º 20.094/2023, ocorrida no **Gabinete da Presidência**, com elementos da organização do referido evento, que solicitam a cedência do Estádio Papa Francisco, para o dia 03 de junho de 2023, entre as 15h00 e as 21h00, para a realização dos jogos previstos no respetivo programa. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 29 de março findo, a dar conta de que o espaço se encontra disponível para a data pretendida e de que o valor associado é de 1.011,00€. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.



02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO ESTÁDIO PAPA FRANCISCO, FUNDAÇÃO ARCA DA ALIANÇA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31928** datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Fundação Arca da Aliança, do pagamento das taxas no valor de 50,40 euros, referentes à cedência do Estádio Papa Francisco, no dia 05 de abril, para realização de atividade alusiva à Páscoa. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A **Fundação Arca da Aliança**, com sede na Rua de Santa Cruz, n.º 1, em Cova da Iria, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, através da carta registada sob o n.º 24.319/2023, solicitou a cedência do Estádio Papa Francisco, para o dia 05 de abril em curso, entre as 09h30 e as 15h30, de modo a realizar uma atividade alusiva à Páscoa, dirigida à população sénior daquela instituição. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 16 de março findo, a informar de que a instalação pretendida encontra-se disponível para a data solicitada e de que o custo da sua utilização é de 50,40€. -----

---- O **Chefe do Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido igualmente sobre o assunto, exarou também no processo uma informação, datada daquele mesmo dia, a dar conta de que a referida fundação é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reunindo as condições mencionadas no n.º 3, do artigo 27.º, do Regulamento Geral das Instalações Desportivas Municipais e a deixar à consideração superior a isenção da taxa associada à cedência do espaço.-----



---- O processo encontra-se instruído com o despacho, datado de 29 de março findo, do **Senhor Presidente**, que se passa a transcrever: “Face à data do evento, DEFIRO, o pedido, solicitando ao GAP, para remeter o processo à Reunião para ratificação.”-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL GIMNODESPORTIVO DE CANEIRO ---

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 30658** datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Paralisia Cerebral – Associação nacional de Desporto, do pagamento das taxas no valor de 146,40 euros, referentes à cedência do Pavilhão Municipal Gimnodesportivo de Caneiro, para a prova de Boccia Sénior, que decorreu nos dias 22 e 23 fevereiro 2023. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apreciado do processo registado sob o n.º 6291-A/2023, da **Paralisia Cerebral – Associação Nacional de Desporto**, sediada na Rua Nova do Casal dos Vagares, n.º 42, em Coimbra, referente ao pedido de cedência gratuita do Pavilhão Municipal Gimnodesportivo, sito na localidade de Caneiro, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, para a prova de Boccia Sénior, que decorreu nos dias 22 e 23 de fevereiro findo. -----



---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 08 do mês findo, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a dar conta de que a utilização das instalações do referido pavilhão tem um custo associado de 146,40€, de acordo com os horários apresentados pela associação. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ISENÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE GRADES -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 30661** datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar o Município de Rio Maior, da prestação da caução aplicável, no valor de 3.837,60 euros e do pagamento das taxas correspondentes ao empréstimo das grades pretendidas, no valor de 154,98 euros, para o “30.º Grande Prémio Internacional de Rio Maior em Marcha”, a realizar no dia 06 maio 2023. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da carta registada sob o n.º 17.588/2023, o **Município de Rio Maior**, com sede na Praça da República, em Rio Maior, solicitou a cedência gratuita de 600 grades metálicas, para o “30.º Grande Prémio Internacional de Rio Maior em Marcha” (que engloba o restrito grupo de competições “World Athletics Challenge – Race Walking”), a realizar no dia 06 de maio de 2023. -----



---- Ouvido sobre o assunto, a **Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos** exarou no processo uma informação, datada de 27 do mês findo, a dar conta de que existem grades disponíveis para o efeito, devendo a entidade prestar caução no valor de 3.837,60€ e pagar a verba de 154,98€, correspondente a 0,21€ + IVA, por grade, de conformidade com a deliberação tomada na reunião de 16 de maio de 2022. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.19 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – ISENÇÕES DE TAXAS CONCEDIDAS EM 2022 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31667**, datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar as entidades constantes da listagem, conforme listagem anexa ao processo, do pagamento das taxas relativas à utilização das instalações desportivas, durante o ano de 2022.

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Através da informação registada sob o n.º 19.738/2023, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, remeteu, para ratificação, listagem relativa às associações que beneficiaram da isenção do pagamento de



taxas, relativas à utilização regular das instalações desportivas municipais, durante o ano de 2022. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo a informação, datada de 15 de março findo, que seguidamente se transcreve: “Remete-se para ratificação a aprovação das isenções em referência (competência do órgão deliberativo). ----

---- Importa salientar, complementarmente, que estes benefícios eram de reporte obrigatório à IGF (Inspeção Geral de Finanças), não tendo os mesmos sido incluídos nos dados remetidos, porquanto não eram do conhecimento da a DGF. Deste modo, teremos que solicitar uma reabertura dos elementos remetidos e publicados para que se promova a respetiva atualização, solicitando-se que no ano em curso, este levantamento e reporte ocorra em momento oportuno, para que no início de 2024 (em janeiro de 2024), sejam remetidos dentro do prazo todos os respetivos subsídios e subvenções concedidos. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.20 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – SOCIEDADE FILARMÓNICA OURIENSE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31656**, datado de **2023.04.04**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.03.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para



isentar a Sociedade Filarmónica Ouriense, do pagamento do valor estimado de 838,81 euros, correspondente ao processo n.º 2831/2022, de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 1272/2023, da **Sociedade Filarmónica Ouriense**, com sede com sede na Rua de São João, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 2831/2022 (obras de alteração e ampliação da antiga Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Ourém, sita na Rua de São José, na Vila Medieval de Ourém, daquela freguesia), por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, conforme comprovativo que anexa. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 3400/2023, a colocar a decisão superior, de conformidade com o n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, o cálculo estimado das taxas a isentar, no valor de 838,81€ (uma vez que o pedido ainda não se encontra deferido), que inclui a verba de 203,40€, já liquidada. -----

---- Do processo faz também parte a informação registada sob o n.º 21.408/2023, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – GRUPO DESPORTIVO SANDOEIRENSE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31929**, datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar o Grupo Desportivo Sandoeirense, do pagamento do valor de 917,26 euros, correspondente ao processo n.º 1308/2022, de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 94.436/2022, do **Grupo Desportivo Sandoeirense**, com sede na Rua das Escolas, n.º 4, em Sandoeira, da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento de todas as taxas relativas ao processo n.º 1308/2022, de que é titular (legalização de edifício construído antes de 1970).

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações:-----

- Registada sob o n.º 97.625/2022, da **Divisão de Urbanismo e Território**, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar é de 917,26€, que inclui as verbas (já pagas) de 203,40€ e de 73,80€; -----
- Registada sob o n.º 103.087/2022, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a colocar o pedido a decisão superior;-----
- Registada sob o n.º 5595/2023, do **Setor de Assessoria Jurídica, Contencioso e Contraordenações**, a dar conta de que entende que caberá à Assembleia Municipal a eventual aprovação das isenções ou reduções previstas nos artigos 34.º (n.ºs 2 e 3) e 35.º (n.º 1), do regulamento de taxas em vigor; -----
- Datada de 21 de março findo, do **Setor de Contabilidade**, a confirmar a receção dos referidos montantes. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO
APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

**02.22 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL DE
MATAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31930**, datado de **2023.04.11**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar o Centro Social de matas, do pagamento de 389,50 euros, correspondente ao processo n.º 10/2022, de que é titular, considerando ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 104.143/2022, do **Centro Social de Matas**, com sede na Rua Nossa Senhora do Patrocínio, n.º 7, em Casal Menino, da União das Freguesias de Matas e Cercal, deste Concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes ao processo n.º 10/2022 (alteração dos parâmetros urbanísticos do lote n.º 2, do Loteamento de Matas) por ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública, conforme comprovativo que anexa. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 5017/2023, a colocar a decisão superior, de conformidade com o n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, o cálculo das taxas a isentar, no valor de 389,50€, que inclui a verba de 184,10€ (já paga). -----



---- Do processo faz também parte a informação registada sob o n.º 25.224/2023, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a colocar o pedido a decisão superior.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE URQUEIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 31726**, datado de **2023.04.10**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, autorização para isentar a Freguesia de Urqueira, do pagamento do valor de 591,27 euros, correspondente ao pedido de parecer prévio não vinculativo para a criação de ponto de água para abastecimento de meios aéreos de combate a incêndios. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 8635/2023, da **Freguesia de Urqueira**, sediada no Largo do Rossio, n.º 1, em Urqueira, deste Concelho, a requerer a isenção do pagamento de todas as taxas relativas ao pedido de parecer prévio não vinculativo para a criação de ponto de água para abastecimento de meios aéreos de combate a incêndios. -----

---- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações:-----



- Registada sob o n.º 13.003/2023, da **Divisão de Urbanismo e Território**, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar é de 591,27€, que inclui a verba (já paga) de 102,30€; -----
- Registada sob o n.º 23.909/2023, da **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, a colocar o pedido a decisão superior.-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.25 – COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ DE OURÉM – DESIGNAÇÃO DE NOVO CIDADÃO/Ã ELEITOR/A -----

----- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de Ourém, através da sua comunicação datada de 2023.01.09, solicitou, a este órgão deliberativo, a designação de novo/a cidadão/ã, para a Comissão Alargada da CPCJ de Ourém, atendendo ao fim do 3.º mandato do comissário Humberto Luís Ferraz Antunes, conforme previsto na Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro. -----

----- **APÓS BREVE ANÁLISE, A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RETIRAR A MATÉRIA DA ORDEM DE TRABALHOS, SENDO A MESMA AGENDA LOGO QUE SEJAM ESCLARECIDAS AS DÚVIDAS SURGIDAS.** -----

02.26 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROTOCOLO COM O CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35450**, datado de **2023.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, pelos anos económicos de 2023 a 2026, os encargos decorrentes da gestão dos equipamentos desportivos, do seguinte modo: -----

----- Ano 2023 – 140.000,00 euros -----

----- Ano 2024 – 120.000,00 euros -----

----- Ano 2025 – 120.000,00 euros -----

----- Ano 2026 – 10.000,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- A 11 de agosto de 2022, a Câmara celebrou com o **Centro de Estudos de Fátima**, sediado na Rua do CEF, n.º 83, em Fátima, deste Concelho, protocolo para gestão de instalações e equipamentos destinados à prática desportiva e recreativa de interesse municipal (pavilhões gimnodesportivos e piscinas), propriedades daquela instituição. -----

---- Considerando que do protocolo não consta qualquer despesa direta apurada e que a mesma deriva dos encargos de funcionamento de cada equipamento individual, nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo registado sob o n.º 1897/2022, acompanhada da informação, datada de 02 de fevereiro último, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, que se passa a transcrever: “Após análise ao protocolo celebrado entre o Município de Ourém e o CEF, a 11 de agosto de 2022 (protocolo aprovado em Reunião de Câmara de 01 de agosto de 2022), inclui a cláusula 9ª (Apoio Financeiro) onde determina que existirá um apoio financeiro trimestral a atribuir ao 2º Outorgante (CEF) pelo município. Verificando a inexistência de um valor (estimado) inerente ao apoio financeiro mencionado serve o presente para propor uma estimativa de apoio financeiro que abrange o período trimestral, bem como o período de vigência do protocolo. -----

---- A apuração do valor do apoio financeiro em causa tem por base uma estimativa de gastos energéticos apresentados pelo diretor do Centro de Estudos de Fátima (CEF) inerentes a gastos energéticos (água, luz e gás) realizados no período entre 24.10.2022 a 31.01.2023,



exclusivos à piscinas de Fátima (ver anexo 15 - email enviado pelo diretor do CEF). Neste sentido, perspetiva-se que os gastos mensais possam rondar os 10,000,00€, o que perfaz um total (estimado) na ordem dos 30,000,00€ como apoio financeiro trimestral, e de 360.000,00€ por um período de 3 anos (período de vigência do protocolo). -----

--- À consideração superior remeter o valor do apoio financeiro trimestral de 30.000,00€, à Divisão de Gestão Financeira para melhor apreciação e análise propondo esta que, o valor proposto seja aprovado pelo órgão executivo em reunião de Câmara, com retroativos associados, à data de celebração do protocolo (11 de agosto de 2022). Caso haja aprovação pelo órgão Executivo em reunião de Câmara propõem-se que a clausula 9ª do protocolo possa apresentar a seguinte estrutura:-----

----- "CLÁUSULA 9.ª -----

----- (Apoio Financeiro) -----

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro trimestral num valor estimado de: 30.000,00€-----
2. O apoio financeiro referente, contemplará um critério de valores adstrito ao preço unidade de consumo inerente aos gastos energéticos (água, luz e gás natural) do período de consumo estabelecido, no ponto anterior. -----
3. Os cálculos dos valores totais de consumos serão definidos pelo Primeiro Outorgante através de um controlo diário de consumos energéticos medido por um sistema de gestão energética composta por: -----
 - a) Analisador de energia elétrica (acoplado ao contador geral de energia elétrica do complexo escolar do CEF); -----
 - b) Contadores de impulsos associados aos contadores gerais de gás e água do complexo escolar do CEF;-----
 - c) "Gateway" de comunicações com software técnico licenciado;-----
4. O pagamento do apoio financeiro ao Segundo Outorgante está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante determinado segundo a metodologia de registo de consumos identificada no ponto anterior.-----



5. O pagamento do apoio financeiro será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária do CEF com o número de identificação bancária PT50 0035 0304 00000492030 84, da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, conforme consta no Anexo I, que faz parte integrante do presente protocolo.” -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 03 de abril corrente, a dar conta de que a despesa em assunto dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamento em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Ao ler a deliberação da Câmara, há faturas elevadíssimas. Aparentemente, com a piscina do CEF gastar-se-á mais do que o que se gastava com a piscina de Ourém, mesmo sendo menor. Porque é que isso acontece? -----
Reforço o que disse em assembleias anteriores, acho muito bem que se faça este protocolo, pois ter um ativo destes e não ser utilizado, não faria sentido nenhum. -----

Uma segunda questão. Relativamente aos valores cabimentados: 2023 – 140 mil euros, 2024 – 120 mil euros, etc. Pergunto, estes valores são só para estas despesas ou incluem também os custos com o pessoal que, cálculo, ser mais de 100 mil euros por ano.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Relativamente à primeira questão, a primeira fatura tem um valor muito alto, entendemos cabimentar com base na primeira fatura, sendo que este mês o valor da fatura é menos de metade, mas decidimos cabimentar o valor inicial, estando de acordo com os gastos que temos com as outras piscinas municipais. A justificação é que a mesma esteve fechada durante alguns anos e era necessário adaptar, criar o ambiente. Também segundo o Vereador Rui Vital, o valor faturado é superior ao que estava contratualizado com o CEF, o que deverá dar origem a uma nota de crédito. -----



A segunda questão. Resposta é não. Os funcionários são do Município e não temos de pagar ao CEF, não estando incluídos no valor apresentado. -----

Obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OU PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS -**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.27 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA - P062/2023 – REPARAÇÕES DE DANOS CAUSADOS PELOS INCÊNDIOS DE 2022 (LOTE 1 – REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA / LOTE 2 – SUBSTITUIÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL E SINALÉTICA “ROTA DAS CARMELITAS”) -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35446**, datado de **2023.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para repartir, pelos anos económicos de 2023 a 2024, os encargos decorrentes do procedimento citado em epígrafe: -----

----- Ano 2023 – 525.689,07 euros -----

----- Ano 2024 – 1.516.142,73 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- No seguimento da informação registada sob o n.º 15.649/2023, da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, a anexar projetos de execução, para efeitos do designado em epígrafe, foram apresentados o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 12 de abril em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, mediante a adjudicação por lotes, conforme seguidamente se especifica e



a referir que a fixação do preço, baseou-se em preços unitários de empreitadas anteriores com trabalhos da mesma natureza: -----

- **Lote 1** – Reparação da rede viária – 1.907.097,77€ +IVA, pelo prazo de execução de 12 meses; -----
- **Lote 2** – Substituição de sinalização vertical e sinalética “Rota das Carmelitas” – 19.158,64€ +IVA, pelo prazo de execução de 30 dias.-----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, em substituição do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, exarou no processo uma informação, datada também de 12 do mês corrente, a referir que a despesa em apreço dispõe de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.28 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA - P162/2022 – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DE MINDE – TROÇO ENTRE O KM 75+875 E O KM 79+650 – RETIFICAÇÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35840**, datado de **2023.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, autorização para repartir, pelos anos económicos a seguir descritos, os encargos referentes ao procedimento em apreço: -----

----- Ano 2023 – 1.871.543,76 euros -----



----- Ano 2024 – 1.548.634,02 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Na reunião de 19 de setembro de 2022, a Câmara deliberou solicitar, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização à Assembleia Municipal, para assunção dos compromissos plurianuais provenientes do procedimento mencionado em título. -----

---- Posteriormente a **Assembleia Municipal**, por deliberação tomada em sua sessão realizada em 30 de setembro de 2022, autorizou a assunção dos compromissos plurianuais.-----

---- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com a informação registada sob o n.º 31.887/2023, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a solicitar a retificação da citada deliberação, porquanto não foram devidamente discriminados os montantes a assumir em cada ano económico, propondo a repartição do montante agora adjudicado e não do preço base inicialmente estabelecido, atendendo ao hiato de tempo decorrido desde o prazo previsto para o início dos trabalhos e o prazo atualmente estabelecido (junho de 2023).-----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Parece-me um erro grosseiro. Deve ser um procedimento habitual o envio dos processos para o Tribunal de Contas, um valor desta dimensão, é difícil de entender este erro em alguém tão habituado a fazer estes procedimentos, pois requer-se cuidado. -----

A pergunta que se impõe é se este erro atrasou a realização da obra. Quanto tempo é que atrasou e qual será o procedimento. Vai recomeçar? É uma adenda?” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Em relação à primeira situação, é um erro mesmo. Até coloquei essa mesma



questão aos serviços, até parece que é a primeira vez que estamos a enviar processos para Tribunal de Contas. O valor da plurianualidade não foi referido, o que foi um erro que, como responsável máximo assumo e, por isso, vem aqui a retificação. -----

Em relação ao atraso, são 15 dias. O processo continua estando em fase de esclarecimentos ao Tribunal de Contas, sendo este um pedido de esclarecimento que ficará resolvido com esta deliberação. Tínhamos previsto que a obra tivesse início agora em maio e pensamos que não vai fugir muito deste cronograma, porque a seguir ao visto do Tribunal de Contas, pensamos que aconteça nos próximos dias, segue-se a assinatura do contrato. Mas, penso que maio, junho o mais tardar, teremos condições para iniciar a obra. -----

Muito obrigado” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.29 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA - FREGUESIA DE FÁTIMA – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35517**, datado de **2023.04.20**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorização para apoiar financeiramente, até ao montante de 25.000,00 euros, a Freguesia de Fátima, os encargos decorrentes da realização do “festival da Paz 2023”, mediante a celebração de protocolo. ----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 16.017-A/2023, a celebrar com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, em Fátima, deste Concelho, com vista a apoiar



financeiramente, até ao montante de 25.000,00€, os encargos decorrentes da realização do “Festival da Paz 2023”, entre os dias 08 e 10 de junho de 2023, válido até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 11 de abril em curso, a dar conta de que a despesa emergente do protocolo em apreço, dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)-----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **DE IMEDIATO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.30 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA - CASA DOS MAGISTRADOS E PALÁCIO DE JUSTIÇA DE OURÉM – PROPOSTA DE DOAÇÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35449**, datado de **2023.04.19**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2023.04.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em epígrafe. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “---- Foi apresentada a informação registada sob o n.º 32.495/2023, do **Setor de Património**, que se passa a reproduzir na íntegra: “A 13.10.2022 reuniu-se o Município de Ourém e o IGFEJ, no sentido de proceder à regularização das Casas de Magistrados e do Palácio de Justiça de Ourém, onde estiveram presentes da **parte da Câmara Municipal de Ourém**, Renato Lopes e Patrícia Ribeiro e, da



Parte do IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos, IP, Ana Sofia Cândido e Inês de Matos Xavier. -----

---- Feitas as respetivas apresentações dos representantes das partes envolvidas e atentos ao estabelecido no Protocolo assinado em 31.08.2021 entre a Câmara Municipal de Ourém e o IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos, IP , onde na alínea i) se encontra estabelecido, que o Palácio de Justiça, assim como os imóveis denominados por: “Casas de Magistrados”, sitos, respetivamente na Praça do Município e no Largo D. Maria, s/nº , A e B, em Ourém, todos, edificados em terreno de propriedade do Município, carecem de regularização jurídico-registal, sendo do interesse de ambas as partes promover a sua regularização. -----

---- Na reunião da análise da documentação dos imóveis, existente nos nossos arquivos administrativos e atendendo às inscrições que se encontram promovidas, quer nas cadernetas prediais, quer nas descrições prediais, dos três imóveis em apreço. -----

---- I - Quanto às Casas de Magistrados:-----

---- Ambas as casas foram construídas em terrenos camarários, com subsídios do então “*Cofre Geral dos Tribunais ou dos Conservadores, Notários e Funcionários de Justiça*”, estes terrenos têm artigos autónomos e distintos, que correspondem respetivamente aos artigos n.ºs 4108º e 4109º, ambos da freguesia de Nossa Senhora da Piedade, assim como se encontram descritos na competente Conservatória do Registo Predial, individualmente sob os n.ºs 3819 e 3820, da mesma freguesia, com a finalidade de terrenos para construção. -----

---- Assim e quanto a estes dois imóveis, consideramos que a forma mais ágil de resolver a sua titularidade é iniciar a sua transmissão pela via contrato de doação, sendo que o IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos, IP, uma vez que elaborou o projeto de construção, efetuará posteriormente as participações destas construções nos Serviços de Finanças e Conservatória do Registo Predial. -----

---- A Câmara Municipal, fornecerá todas as certidões necessárias à instrução deste procedimento, nomeadamente: - a respetiva certidão de isenção de licença de habitação, entre outras certidões, que eventualmente estas entidades venham a solicitar, para instrução desta atualização. -----

---- II – Quanto ao Palácio de Justiça.-----



---- A situação é idêntica, e a construção deste edifício igualmente foi realizada em terrenos camarários, nunca tendo sido efetuada a sua regularização conforme determinava a legislação vigente à época, (Código Administrativo de 1940).-----

---- Analisada a mesma documentação, (caderneta predial e informação predial), verificamos que este terreno nunca foi convertido de rústico para urbano, encontrando-se, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 6050.º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 5089, da freguesia da Nossa Senhora da Piedade, igualmente, como propriedade da Câmara Municipal de Ourém.-----

---- Nesta fase há que regularizar a afetação deste imóvel, para que a finalidade deste terreno, seja destinada a construção, pelo que é necessário providenciar, de imediato a emissão da certidão de viabilidade construtiva, a qual já foi fornecida ao referido instituto.-----

---- **Conclusão:**-----

- Quanto à regularização da titularidade dos imóveis o procedimento que melhor se adequa à regularização será a via do contrato de doação, seguindo a tramitação do nº 2 do DL nº 280/2007, de 07 de agosto.-----

---- Através desta figura jurídica, obtemos o acordo das entidades envolvidas, assim como, título bastante, com efeitos probatórios, que traduzem e sustentam, o escopo do enquadramento legislativo vigente à época destas construções e consequentemente a prossecução da sua regularização jurídico-matricial.-----

---- Assim e, uma vez que nos é possível efetuar a escritura de doação dos três imóveis, (terrenos), num só ato notarial propomos o seguinte:-----

- que sejam iniciados os procedimentos internos tendentes à obtenção das correspondentes autorizações para realização da doação destes três terrenos, por ambas as partes;-----

---- Face ao exposto, remete-se o processo a Reunião de Câmara para análise e aprovação da doação dos referidos terrenos a favor **IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos, IP.**-----

---- Posteriormente, deverá a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre a proposta.-----

---- À consideração superior,”.-----

---- (Aprovado em minuta)-----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal Partido Socialista, expôs o seguinte: “Ao falar da questão da doação, isso não paga imposto de selo? Lembro-me do problema que aconteceu com o estádio de Leiria. Era importante saber se há alguma isenção para isso, senão poderá ser um problema para Tribunal, sendo melhor vender por 1 euro. -----

Outra questão. Pretendia trazer aqui a questão abordada na intervenção inicial do senhor Presidente da Câmara, a questão dos devolutos. Pedi os dados que foram facultados por volta da uma da tarde, mas na próxima assembleia falaremos disso com mais cuidado. -----

Fazia uma pergunta. Aquelas casas são maravilhosas. Numa altura de falta de habitação no concelho, não seria uma excelente iniciativa, quase moral, de pôr gente naquelas duas casas, em vez de alocar serviços de camarários que têm tantos sítios para onde ir. Era pôr gente no centro da cidade. Fica a sugestão.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, agradecendo a sugestão relativa à questão do imposto de selo, referiu que a situação seria verificada. -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OU PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS -**

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

02.31 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, não se tendo registado qualquer inscrição. -----

----- Tomando a palavra, a 1.ª SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, nos termos do n.º 3, do artigo 72.º do Regimento da AMO, questionou o plenário sobre a



aprovação do texto das deliberações mais relevantes, em minuta, sendo assinadas, após aprovação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, em minuta, o texto das deliberações mais relevantes, tomadas nesta sessão.** -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo Primeiro Secretário e pelo Segundo Secretário. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO